



ice-Presidente do STJ fala  
sobre Imprensa e Judiciário

# Destaque



Veículo Informativo do Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Ano II n. 17 outubro 2003



## Novos órgãos julgadores no TRF-1ª Região

redistribuição de processos e celeridade de julgamentos

# Dias e locais de realização das sessões do Plenário, da Corte Especial, das Seções e das Turmas

SESSÕES DE JULGAMENTO					
ÓRGÃO JULGADOR		DIAS DA SEMANA	FREQÜÊNCIA	TURNO	LOCAL
<b>TURMAS</b>	1ª	3ª feira 4ª feira	Semanal Quinzenal	Vespertino Matutino	Sala do Plenário
	2ª	4ª feira 3ª feira	Semanal Quinzenal	Vespertino Vespertino	Sala das Seções
	3ª	3ª feira 4ª feira	Semanal Quinzenal	Vespertino Vespertino	Sala de Turma n. 01
	4ª	3ª feira 4ª feira	Semanal Quinzenal	Vespertino Vespertino	Sala de Turma n. 02
	5ª	2ª feira 6ª feira	Semanal Quinzenal	Vespertino Matutino	Sala de Turma n. 01
	6ª	2ª feira 6ª feira	Semanal Quinzenal	Vespertino Matutino	Sala de Turma n. 02
	7ª	3ª feira 4ª feira	Semanal Quinzenal	Matutino Vespertino	Sala de Turma n. 01
	8ª	3ª feira 4ª feira	Semanal Quinzenal	Matutino Vespertino	Sala de Turma n. 02
<b>SEÇÕES</b>	1ª	3ª feira	Quinzenal	Matutino	Sala das Seções
	2ª	4ª feira	Quinzenal	Vespertino	Sala do Plenário
	3ª	3ª feira	Quinzenal	Matutino	Sala das Seções
	4ª	4ª feira	Quinzenal	Vespertino	Sala do Plenário
<b>CORTE ESPECIAL</b>		1ª e 3ª quintas-feiras de cada mês e 5ª, quando houver		Vespertino	Sala do Plenário
<b>PLENÁRIO</b>		2ª quinta-feira dos meses pares		Vespertino	Sala do Plenário

# Otimizando Procedimentos

As mudanças são uma constante no TRF-1ª Região, na busca de otimizar procedimentos e rotinas. Uma das últimas novidades foi a reestruturação organizacional dos órgãos julgadores do Tribunal. Mais uma Seção e duas novas Turmas vieram somar-se às já existentes. Com a inovação, um maior número de processos poderão ser julgados ao mesmo tempo em órgãos julgadores e horários diferentes. Para isso, a Secretaria Judiciária também teve de ser reestruturada, adequando-se às novas demandas.

Em outro momento, foi implantado o sistema de Execução Fiscal Virtual, que tem por objetivo simplificar e agilizar o trâmite de documentos e informações desse tipo de processo. O desenvolvimento de tal projeto rendeu ao TRF o prêmio “Iniciativa do Ano”, passando à frente de concorrentes de peso na Infoimagem, evento internacional ocorrido em São Paulo.

A Justiça Federal tem-se esforçado para dar ao jurisdicionado um atendimento cada vez mais eficaz, e um dos caminhos tem sido os Juizados Especiais Federais, que estão sob nova Coordenação na Primeira Região, desde o dia 28 de outubro, com o Desembargador Federal Ítalo Mendes.

Os Editores  
ascom@trf1.gov.br

## Sumário

Iniciativa do Presidente do Tribunal resulta na suspensão do Vaga Fácil e enseja projeto de lei p. 5



Tribunal apresenta Projeto Viva Melhor na Jornada Brasileira de Qualidade de Vida p. 9

Juizados Especiais Federais da Primeira Região têm nova Coordenação p. 13

Tribunal ganha prêmio “Iniciativa do Ano” na Infoimagem p. 11



### **PRESIDENTE**

Catão Alves

### **VICE-PRESIDENTE**

Carlos Fernando Mathias

### **CORREGEDOR-GERAL**

Aloísio Palmeira Lima

### **DESEMBARGADORES FEDERAIS**

Plauto Ribeiro

Tourinho Neto

Eustáquio Silveira

Assusete Magalhães

Jirair Aram Meguerian

Olindo Menezes

Mário César Ribeiro

Luciano Tolentino Amaral

Cândido Ribeiro

Hilton Queiroz

Carlos Eduardo Moreira Alves

Ítalo Mendes

Carlos Olavo

Amílcar Machado

Antônio Ezequiel

Daniel Paes Ribeiro

Luiz Gonzaga Barbosa Moreira

João Batista Gomes Moreira

Antônio Souza Prudente

Selene Maria de Almeida

Sebastião Fagundes de Deus

Antônio Sávio de Oliveira Chaves

Maria Isabel Diniz Gallotti Rodrigues

Maria do Carmo Cardoso

### **DIRETOR-GERAL**

Alcides Diniz da Silva

### **SECRETÁRIO-GERAL**

Mário José de Santana Filho

### **ASSESSORA ESPECIAL DA PRESIDÊNCIA (PARLAMENTAR)**

Helga Ferraz Jucá

### **ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO**

Etiene Gomes de Carvalho

(4165/014/003/DF)

### **EDITORES**

Bárbara Gomes e Lucimar de Melo

### **REDATORES**

Etiene Gomes, Ivani Moraes, Lucimar de

Melo, Marcela Correia, Márcia Murça

Barroso, Marília Maciel Costa, Samantha

Salomão

### **ESTAGIÁRIOS**

Bárbara Nogueira, Ivan Donizetti, José

Alexandre de Souza, Juliana Corrêa e

Raquel Meleiro

### **DIAGRAMAÇÃO e PROJETO**

### **GRÁFICO**

Jordânia J. Alves

### **FOTOS**

Luiz Carlos Xavier, Carlos Rodrigues,

Magnaldo Timo, Luiz Augusto Cals,

Silvanildo Faria, Vandenei Machado e

Bruno Almeida

### **REVISÃO GERAL**

Márcia Murça Barroso

### **PADRONIZAÇÃO e EDIÇÃO**

Assessoria de Comunicação Social-

Ascom

### **DISTRIBUIÇÃO**

José Miguel Pereira dos Reis

### **FOTOLITOS**

Color Press Bureau

### **IMPRESSÃO**

Gráfica TRF-1ª Região

### **TIRAGEM**

2.500 exemplares

### **Assessoria de Comunicação Social**

**Praça dos Tribunais Superiores - SAS**

**- Quadra 02 - Bloco A - Edifício-Sede**

**- sala 03. CEP: 70095-900**

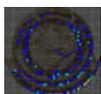
**Fones:** (0xx61) 314-5371/79

**Telefax:** (0xx61) 226-4985

**E-mail:** ascom@trf1.gov.br /

destaque@trf1.gov.br / radio@trf1.gov.br /

tv@trf1.gov.br



## Cartas e e-mails

Críticas e sugestões: sejour@trf1.gov.br

### Carta ao Pro-Social

Venho, mais uma vez, deixar registrado meu agradecimento pela atenção, dedicação e sensibilidade da Direção e dos funcionários do Pro-Social, com relação à total recuperação da saúde de minha filha Karenn após acidente automobilístico, há cerca de três anos.

Disponibilizando sua rede de hospitais, laboratórios especializados, altamente equipados e qualificados, o Pro-Social possibilitou, autorizando exames, cirurgias complexas, que passo a passo esta recuperação fosse possível.

Ainda teremos algumas etapas a serem vencidas, mas estou confiante no resultado final, pois sei que poderei contar com o apoio desse Programa de Saúde, que tanto tem feito por minha filha.

**Eliana Maria Meirelles Queiroz**

### Aprovada a criação de varas federais

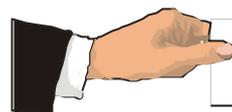
Foi aprovada no dia 29 de outubro, pelo Plenário da Câmara dos Deputados, a subemenda substitutiva apresentada pelo relator Coriolano Sales (PFL-BA) ao Projeto de Lei 5756/01, do STJ, que cria 183 novas varas federais.

As varas ficaram assim distribuídas:

- na 1ª Região, o total de varas passou de 48 para 59;
- na 2ª Região, diminuiu de 30 para 27;
- na 3ª Região não houve alterações no total de 28;
- na 4ª Região, também houve diminuição de 39 para 36 varas; na 5ª Região, o número de varas passou de 38 para 33.

As cinquenta e nove varas da 1ª Região serão assim destinadas: uma em Rio Branco/AC, uma em Macapá/AP, uma em Tabatinga/AM, uma em Manaus/AM, uma em Barreiras/BA, uma em Campo Formoso/BA, uma em Eunápolis/BA, uma em Feira de Santana/BA, uma em Guanambi/BA, uma em Itabuna/BA, uma em Jequié/Ba, uma em Juazeiro/BA, uma em Paulo Afonso/BA, três em Salvador/BA, uma em Vitória da Conquista/BA, duas em Goiânia/Go, uma em Anápolis/GO, uma em Luziânia/Go, uma em Rio Verde/GO, uma em Aparecida de Goiânia/GO, uma em Caxias/MA, uma em São Luís, quatro no Distrito Federal, três em Belo Horizonte/MG, duas em Divinópolis/MG, duas em Governador Valadares/MG, uma em Ipatinga/MG, uma em Lavras/MG, uma em Montes Claros/MG, uma em Passos/MG, uma em Patos de Minas/MG, uma em Pouso Alegre/MG, uma em São João Del Rey/MG, uma em Sebastião do Paraíso/MG, uma em Sete Lagoas/MG, uma em Varginha/MG, uma em Cáceres/MT, uma em Cuiabá, uma em Sinop/MT, uma em Rondonópolis/MT, uma em Belém do Pará, uma em Altamira/PA, uma em Castanhal/PA, uma em Teresina/PI, uma em Picos/PI, uma em Palmas/TO, uma em Porto Velho/RO, uma em Jiparaná/RO, uma em Boa Vista/RR.

Agora o Projeto será encaminhado à apreciação do Senado.



## Notas

### Toma posse o 1º Secretário-Executivo da Cojef



No dia 3 de outubro, o servidor Állison Rodrigues assumiu o cargo de Secretário-Executivo da Cojef em cerimônia ocorrida na Presidência do Tribunal.

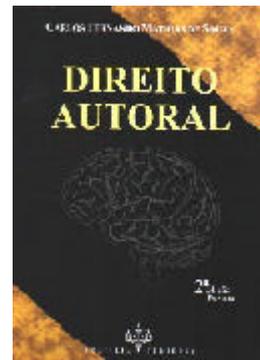
Na ocasião, o Presidente desejou ao empossado sucesso na nova atribuição, que considera uma das mais importantes do Tribunal por tratar-se de uma assessoria ao Coordenador da Justiça do Futuro.

Entre as atividades do Secretário-Executivo estão a assessoria no planejamento e fixação de diretrizes para a Cojef, a análise de matérias levadas a exame e decisão do Coordenador, a elaboração de estudos e pareceres preliminares dos assuntos encaminhados à Coordenação, a organização da pauta de trabalho do Coordenador, assim como a prestação de assistência aos seus despachos. Além dessas atribuições, o empossado torna-se encarregado de realizar estudos e preparar relatórios e projetos para a divulgação e o aprimoramento das atividades da Cojef, bem como coordenar e executar planos de trabalho e cronograma de realização de atividades.

### Lançamento de livro

No dia 29/10 o Vice-Presidente Carlos Fernando Mathias lançou a 2ª edição do seu livro "Direito Autoral – Legislação Básica", na biblioteca do Senado Federal. O evento foi bastante prestigiado; além do Presidente Catão Alves e do Corregedor-Geral Aloisio Palmeira, estiveram presentes ministros, magistrados, parlamentares e servidores.

O livro pode ser adquirido nas livrarias jurídicas.



### Projetos do TRF-1ª Região selecionados para a V Mostra de Qualidade do Judiciário

Os projetos "Sistema Integrado de Divulgação Jornalística", coordenado pela Ascom, e "Viva Melhor", coordenado pelo PGQVT, ambos do TRF-1ª Região, foram selecionados para participar da V Mostra de Qualidade do Judiciário, que acontecerá de 3 a 5 de dezembro, em Florianópolis. Das Seções Judiciárias da 1ª Região foram selecionados os projetos "Tramitação de Ações de FGTS", da SJBA, e "Otimização na efetuação de cálculos da folha de pagamento", da SJDF.

Segundo o coordenador do evento, Desembargador Federal Edgard Lippmann Júnior, a Mostra tem por objetivo divulgar os melhores projetos e iniciativas que demonstrem formas de aprimorar a qualidade dos serviços nos órgãos da Justiça.

Neste ano, a V Mostra recebeu 93 inscrições de projetos de diversos órgãos da Justiça Federal, Justiça do Trabalho, Justiça Eleitoral, Justiça Estadual e Tribunais Superiores, mas selecionou apenas 51.



Estacionamento na Praça dos Tribunais Superiores

## Vaga Fácil suspenso

Foi necessário muito empenho da Administração do Tribunal para chegar-se à suspensão provisória da implantação do Vaga Fácil no Setor de Autarquias Sul.

O Presidente do TRF-1ª Região, Catão Alves, além de solicitar a suspensão do Vaga Fácil por meio de ofício encaminhado ao Governador do Distrito Federal e aos parlamentares da bancada do DF, determinou ao Diretor-Geral Alcides Diniz que fizesse contato com os diretores-gerais dos demais órgãos do Judiciário no Setor de Autarquias Sul, TSE, TST, STM e Justiça Federal, e de outros órgãos, como Advocacia-Geral da União e Receita Federal, para que todos se unissem. Oito representantes desses órgãos reuniram-se no dia 05 de setembro com o Secretário de Estado Adjunto do Governo do Distrito Federal, Daniel Marques. E, no dia 1º de outubro, houve outra reunião, com adesão de 40 representantes de vários órgãos públicos, inclusive da Esplanada dos Ministérios, já que o sistema também seria instalado nesse local.

Foram entregues ao Secretário documentos repudiando a instalação do sistema. Ficou acertado que representantes dos três Poderes e um do sindicato de cada poder, além de dois representantes do Governo, avaliassem o assunto e apresentassem soluções para o impasse.

E, devido à grande manifestação que foi iniciada pelo TRF, o Governador decidiu suspender provisoriamente o Vaga Fácil, que aguardará a

apreciação do Plano-Diretor do Distrito Federal pela câmara legislativa no próximo ano. O Governador prometeu, em resposta à solicitação do Tribunal, abrir amplo debate com os órgãos quando o assunto for retomado.

A iniciativa do TRF motivou a elaboração de projeto de lei pelo Deputado Odilon Aires (PMDB-DF) vedando a implantação do sistema de estacionamento rotativo nas áreas adjacentes aos prédios públicos. Sobre isso, o Diretor-Geral do Tribunal, Alcides Diniz, afirma: “O Setor de Autarquias Sul caracteriza-se pela prestação de serviço público e como tal não pode receber o mesmo tratamento que as áreas comerciais, pois aqui não há rotatividade”.

Também fruto da iniciativa da ex-

pedição do ofício do Presidente aos parlamentares, o Senador Eurípedes Camargo (PT-DF) apresentou projeto de lei prevendo que toda pessoa que oferece ao público área de estacionamento, mediante remuneração, responde, independentemente da existência de culpa, pelos danos causados aos usuários por qualquer problema relativo à prestação desse serviço.

Após uma pesquisa realizada no TRF e na SJDF, com 816 questionários preenchidos, os servidores desses órgãos deixaram claro que será difícil estacionar seus automóveis, caso haja a instalação do Vaga Fácil, e que preferem o atual sistema de vaga pública (um total de 75,98%, o que equivale a 620 questionários).

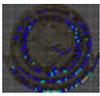
### Outras respostas da pesquisa sobre o Vaga Fácil:

Respondeu-se a 816 questionários  
**(70,10% do TRF e 29,90% da JFDF)**



1. Você utiliza carro próprio para deslocar-se ao trabalho?  
**Sim** (96,57% - 788) **Não** (3,43% - 28)
2. Caso o chamado Vaga Fácil venha a ser implantado nas imediações do seu órgão, como quer o GDF, você continuará utilizando condução própria?  
**Sim** (60,78% - 496) **Não** (39,22% - 320)
3. Você utiliza os serviços dos chamados “Flanelinhas” para garantir estacionamento público?  
**Sim** (22,92% - 187) **Não** (77,08% - 629)
4. Que alternativa, entre as abaixo, mais lhe conviria?  
**Implantação do Vaga Fácil** (0,86% - 7)  
**O atual sistema de vaga pública** (75,98% - 620)  
**Sistema alternativo especial para servidor com taxa reduzida** (23,16% - 189)
5. O sistema de transporte coletivo atende suas necessidades?  
**Sim** (7,23% - 59) **Não** (92,77% - 757)





# O Judiciário e a Imprensa

Por Etienne Gomes

**“E línguas como que de fogo tornaram-se invisíveis. E se distribuíram e sobre cada um deles assentou-se uma. E todos eles ficaram cheios de espírito santo e principiaram a falar em línguas diferentes”.** A música de Gilberto Gil inspirada em um trecho bíblico foi citada pelo Ministro Edson Vidigal para ilustrar a relação existente entre o Poder Judiciário e a Imprensa. Uma relação retraída e marcada por muitos desencontros de linguagem, mas que, segundo o Ministro, passa por um processo de transição, da qual acredita colaborar escrevendo relatórios que contam histórias, algo diferente dos processos convencionais. “A imprensa está deixando de ir ao Judiciário somente para ver os escândalos de plantão e começando a descobrir a Justiça por meio dessas histórias”, revela.

Nessa edição, o Vice-Presidente do STJ, que já foi repórter e magistrado em um mesmo Tribunal, o Federal de Recursos, afirma que juízes precisam falar a mesma língua dos jornalistas, sendo simples e exatos, e defende, acima de tudo, o princípio da transparência. “É uma regra muito simples: tudo que eu faço enquanto juiz não pode ter segredos, eu tenho contas a prestar à sociedade, porque é minha obrigação, imposta pela Constituição Federal”. Abaixo, a íntegra da entrevista.

## **De que maneira suas experiências como jornalista influem, hoje, no exercício da magistratura?**

O exercício do jornalismo – costume dizer – foi minha principal escola. Não só escola de vida, mas de metodologia de trabalho. Foi no exercício do jornalismo que aprendi muito do que aplico na condição de magistrado, porque no jornalismo tem que se saber escrever, e o magistrado, mais do que qualquer outro, tem o dever de ser claro. O jornalismo ensina também a se trabalhar com prazos, pois os jornais têm hora para fechar, serem distribuídos, e o Judiciário também trabalha com prazos, mesmo esses prazos podendo ser procrastinados através de recursos espúrios e cretinos que a nossa legislação ainda abriga. Outra coisa que aprendi é que o jornalista não pode confundir informação com sua posição pessoal; tem que ser objetivo, exato, isento, assim como o juiz, que tem que agir de forma isenta e imparcial. Enfim, comecei a constatar que muito do que eu havia aprendido no meu exercício profissional como jornalista eram pressupostos para o exercício da magistratura.

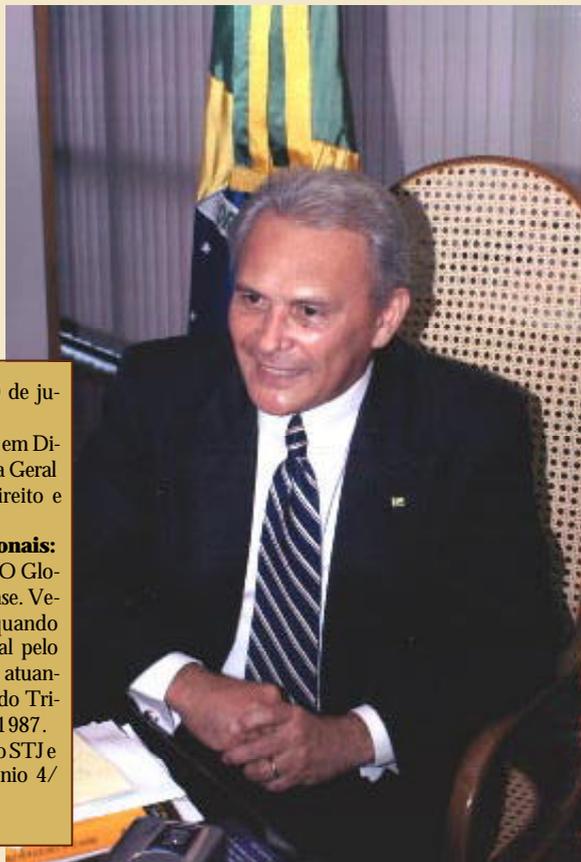
**Quando o assunto é linguagem, há**

**Dados Pessoais:** Nasceu em 20 de julho de 1944 em Caxias- MA.

**Formação Acadêmica:** Bacharel em Direito pela UnB; pós-graduado em Teoria Geral do Direito Público e Filosofia do Direito e Criminologia pela UnB.

**Principais atividades profissionais:** Jornalista da revista Veja e dos jornais O Globo, Jornal do Brasil e Correio Braziliense. Vereador em Caxias-MA, 1963/1964, quando foi cassado e preso; Deputado Federal pelo Maranhão de 1979 a 1983; Advogado atuante em Tribunais Superiores; Ministro do Tribunal Federal de Recursos a partir de 1987.

**Função atual:** Vice-Presidente do STJ e do Conselho de Justiça Federal - Biênio 4/2002 - 4/2004.



## **uma distância muito grande entre um juiz e um jornalista. Qual deve ser a linguagem adotada por esses profissionais?**

Quando eu atuava como repórter, os juízes não queriam falar com os repórteres. O repórter, por sua vez, como não entendia o Direito, não se esforçava para entender as decisões. Havia essa retração de um com outro. Na verdade, jornalistas e juízes sempre tiveram uma relação difícil. Isso só veio acalmar depois da democratização, já com a Nova República. Eu penso que também tenho dado, aqui no STJ, um pouco de contribuição, pois introduzi o relatório contando história. Depois, alguns colegas começaram a fazer a mesma coisa. Por outro lado, “a imprensa está começando a descobrir a Justiça por meio dessas histórias nos processos e deixando de só ir ao Judiciário para ver os escândalos de plantão”.

Juízes precisam falar a mesma língua dos jornalistas.

Precisamos “desbabelizar” o Judiciário, acabar com essa “babel” de cada um falar as coisas de forma diferente. Eu, juiz, tenho que falar de maneira que todo mundo entenda, o público

em geral, e não só o jornalista. Temos (juízes) que falar simples. Temos (juízes) que ser exatos.

## **O Senhor concorda com a opinião de que os juízes só devem falar nos autos?**

Nós estamos em um processo de transição. Cabeça de pessoas é muito difícil você entender. Tem um ditado que diz: “É difícil ensinar cavalo velho a marchar”. Então, os juízes da velha guarda vão continuar sendo do jeito que sempre foram. Se foram acessíveis, vão continuar sendo; se não foram, também não vão mudar. É uma questão de visão. Eu, particularmente, não vou pressupor sempre que quando um jornalista procura um juiz é porque ele está a fim de levá-lo para uma fria. E sobre essa história de que dizer que só fala nos autos é uma postura antidemocrática, é claro que o juiz não pode falar fora dos autos sobre aquilo que ainda está decidindo, porque não pode antecipar juízo de valor; mas, sobre o que ele já falou nos autos e se o processo é público, já que a CF, em seu art. 37, determina para todos os agentes públicos o princípio da publicidade, eu não vejo problema.

### **Nesse contexto, o que significa esse princípio?**

Publicidade significa transparência, significa o direito de todo o cidadão ser informado. Todo o cidadão tem o direito de saber o que seus agentes estão fazendo na Administração, e o Judiciário é um ramo da administração pública, é administração da Justiça, não é administração do Tribunal tão-somente, é administração do Direito. Nós (juizes) operamos o Direito administrando a realização da Justiça. Então, o juiz tem que aprender a falar; se não sabe, tem que aprender. Quando eu dava aula no curso de Direito, costumava dizer no primeiro dia aos alunos: “Vocês estão aqui comigo para aprender três coisas: primeiro, vocês vão aprender a ler; depois, vão aprender a escrever, porque só vão saber escrever, se souberem ler; quando, então, souberem ler e escrever, vão aprender a falar, porque advogado, juiz, membro do MP, ninguém que vá operacionalizar o Direito pode atuar sem saber essas três coisas: ler, escrever e falar”.

**A Lei Orgânica da Magistratura (Loman) veda que um juiz somente uma questão judicial que ainda não tenha transitado em julgado. O senhor acha que algo tem que ser mudado nessa lei?**

Tendo em vista que a Loman é uma lei anterior à Constituição, ela foi recepcionada, então, é aplicada somente naquilo que não colide com a CF. Algumas determinações da Loman que vão de encontro ao princípio da transparência, ao princípio da publicidade, ao direito da informação, tudo isso não é aplicável. É uma regra muito simples: tudo que eu faço enquanto juiz não pode ter segredos, eu tenho contas a prestar à sociedade, porque é minha obrigação, imposta pela Constituição. A própria CF diz quais as hipóteses que transitam em segredo de justiça. Em se tratando de interesse privado, não tem porque divulgar; fora daí, não vejo nada de mais que o juiz, ao decidir, tire cópias da decisão e mande para a Assessoria de Imprensa fazer a divulgação. Agora, eu não considero ético o juiz ficar comentando a decisão do outro.

**O senhor entende que jornalistas podem ter acesso a autos de processos que não transitam em segredo de justiça?**

O princípio da transparência está acima de tudo; assegura ao cidadão o direito de saber. Eu não vejo nada demais o jornalista ter acesso

aos autos.

**Quando a questão é “segredo de justiça” há uma linha tênue entre respeitar a legislação e censurar um debate. Qual a posição do senhor nesse contexto?**

A Constituição diz: “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrentes de sua violação”. Também diz: “é livre a expressão da atividade de comunicação, intelectual, artística, científica e de comunicação”; aqui tenho, portanto, o princípio basilar chamado liberdade de imprensa.

Eu acho que o regime constitucional em que nós vivemos é o regime de liberdades democráticas e que os abusos, nós temos instru-

**“O Judiciário ainda tem muita coisa das monarquias decadentes e, por conta disso, precisa abrir-se mais à sociedade.”**

mentos para repreendê-los. Agora, eu tenho que ter muito cuidado para não confundir ação preventiva de defesa da intimidade desses “valores” tutelados com censura prévia. Eu tenho que ter muito cuidado para não estar praticando a censura. Acho que tem que examinar caso a caso; eu contaria até mil, depois mais mil novamente, antes de me convencer assim.

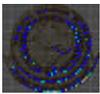
**Os sites das Assessorias de Imprensa de diversos órgãos do Judiciário (como o STJe e TRF-1ª), com informações em tempo real sobre julgamentos de ações judiciais, têm pautado inúmeros jornais Brasil afora. Qual a posição do senhor em relação a esses sites?**

Sou francamente favorável. O Judiciário tem padecido muitas incompreensões da sociedade, por ser, exatamente, o poder ainda mais apegado à monarquia do que à República com seus ritos, o pior, apegado àquilo que as monarquias decadentes tiveram e que as monarquias mais modernas não têm. O Judiciário ainda tem muita coisa das monarquias decadentes e, por conta disso, precisa abrir-se mais à sociedade. É importante que nós compreendamos

que trabalhamos para um empregador só. Tanto o Presidente da República, os senadores, os deputados, os ministros de Estado, ministros de tribunal, juizes e servidores, todos trabalham para um mesmo empregador, que se chama povo brasileiro. Nós (juizes) temos que ter a mesma consciência que todo servidor público tem que ter: a de que nós temos obrigação de procurar fazer todos os dias, da melhor maneira, o nosso trabalho. E o nosso (dos juizes) é mais difícil do que o dos outros, porque nós temos um poder que os outros não têm, porque nós podemos dispor sobre a liberdade e sobre o patrimônio das pessoas. Quando dizem ironicamente que nós (juizes) somos “assim com Deus”, de certo modo é uma afirmação procedente, tem algo de procedente. Mas nós não podemos usar essa “semdivindade” para a repressão, opressão, depressão ou qualquer coisa que possa significar prejuízo aos outros.

**Com toda a sua experiência de juiz e jornalista, se o senhor tivesse a oportunidade, hoje, de falar a juizes recém-empossados sobre o tema relacionamento do Judiciário com a Imprensa, o que diria?**

O juiz primeiro deve ler o processo todo; cada processo é uma novela, uma história de vida, são exames radiográficos de um momento da vida de uma pessoa. O juiz deve ler tudo, deve-se colocar, primeiro, no lugar da vítima; depois, ele deve-se colocar no lugar do acusado; depois é que ele tem que ser juiz; e, na hora de ser juiz, ele tem que procurar ser gente. Depois desse exercício, ele deve perguntar: “E as pessoas lá fora que souberam disso?” Então, ele também tem que dar satisfações às pessoas. E aí é que começa a obrigação dele de ter boas relações com os agentes dos meios de comunicação, no sentido de passar a informação da maneira mais clara, mais exata possível. Se for para ele tirar meia hora com o repórter, ele não estará perdendo meia hora, ele estará investindo meia hora. Quando ele parar pra explicar, tem que usar a forma mais didática, tem que ser paciente, porque o repórter está fazendo o seu trabalho. Infelizmente, no Brasil, ainda, há informações que são propositadamente veiculadas de forma inexata com o objetivo de atingir alguém, um juiz, ou uma parte. Enfim... mas, o juiz tem que ser exato na decisão e na informação, pois se não for exato poderá retirar a legitimidade da informação. ■



## Um resumo da história – De jornalista a juiz

Aos 14 anos de idade, Edson Vidigal já era repórter policial. Coincidentemente, o trabalho às portas das delegacias haveria de ser também o seu contato com o primeiro momento da realização da justiça, isto é, com o inquérito. Ao lado dos detetives da polícia civil, o repórter sonhador foi-se transformando intuitivamente num curioso do Direito. Nos anos sessenta, quando ainda morava no Maranhão, foi vereador líder da oposição na Câmara Municipal de Caxias, cidade natal. Ainda não tinha 20 anos quando foi preso e cassado durante o regime militar. Tempos depois, como já possuía o registro de jornalista profissional, começou a estudar Direito na Universidade Federal do Maranhão. Não fugia à regra, pois, naquela época, eram as faculdades de Direito e Filosofia as que produziam os pensadores das redações, os grandes editorialistas. Edson Vidigal foi repórter, chefe de reportagem e chefe de redação e, quando faltava apenas ser proprietário de jornal, fundou o “Edição Extra”, cujo nome justificava o fato de não ter prazo para circular. Quando, em 1968, já cumprira sua missão como jornalista no Maranhão, participou do famoso concurso nacional da Editora Abril, para integrar em São Paulo a equipe pioneira da revista “Veja”, e foi selecionado. Mais tarde, mudou-se para Brasília para trabalhar na sucursal do Jornal do Brasil. Foi em Brasília que concluiu o curso de Direito na Universidade de Brasília. De manhã, o estudante Edson Vidigal frequentava as aulas na Universidade; à tarde, ficava de plantão no Tribunal Militar, onde as coisas aconteciam nos idos de 1976. Ou-

tros Tribunais que o repórter Vidigal cobria eram o TCU, o TSE e o TFR, este último considerado por ele um Tribunal amorfo, “um local preocupado em esconder as notícias dos repórteres”. Edson Vidigal não simpatizava com o famoso Tribunal Federal de Recursos, que naquela época, segundo ele, era apenas um tribunal administrativo da União Federal; para o jornalista, o TFR era uma péssima fonte; conseguir uma informação naquele órgão era como tirar leite de pedra. Voltando ao Maranhão, em 1978, candidatou-se a Deputado Federal, sendo um dos seis mais votados entre os 14 eleitos. No Congresso trabalhou ao lado de Ulisses Guimarães e de Tancredo Neves na luta pelas eleições diretas.

Quando terminou o mandato de deputado, recebeu um convite para trabalhar no Correio Braziliense, na equipe de advogados. Naquela altura, já estava como advogado de uma causa polêmica, mas ninguém sabia. Era ele o advogado do Deputado Federal Gerson Camata, que, na época, ocupava as primeiras páginas dos jornais, pois, eleito governador, estava ameaçado de não ser empossado por estar sendo processado pelo Procurador Geral da República por ofensa à honra do então Presidente João Figueiredo. O famoso processo foi parar em suas mãos, porque, segundo ele, na época, Camata não tinha condições de pagar um advogado renomado. A atração por desafios fez, então, o advogado Edson Vidigal tirar a carteira da OAB e dizer para Camata: “Eu faço para ti e não vai custar nenhum tostão”. Hoje, lembra o momento como um

ato de irresponsabilidade. Quando, mais tarde, leu o processo é que pôde ter noção da gravidade da história. Agora, costuma dizer recordando a época: “A sensação foi a de quem mergulhou numa piscina com água só pela metade: arrebentei-me”. Mas, ao final da história, Vidigal ganhou o processo, e Camata foi empossado governador. Depois disso, o advogado tornou-se famoso e passou a atuar no STF constantemente, tendo como clientes inúmeros deputados federais. Com o início da Nova República, foi convidado pelo Presidente José Sarney a ser Assessor Especial da Presidência. Quando sentiu, depois, que o novo cargo começou a gerar “ciúmes demais”, assumiu outra função, tornando-se responsável pelas relações do Palácio com o Judiciário e com o Ministério Público.

Em 1987, quando já não trabalhava mais para o governo e pensava em ir para os EUA fazer um estágio de seis meses no escritório de William Rogers, “como se fosse um castigo”, diz hoje, foi nomeado Ministro do TFR. Segundo ele, jamais havia imaginado parar ali, justamente ali, naquele local, que, quando jornalista, criticara tanto. Hoje revela: “Desmontaram-me dizendo que ali era o meu lugar, pois eu já tinha sido do Legislativo, do Executivo e no Judiciário havia atuado como advogado. Foi aí que me pegaram nesse toque da vaidade; então, fui ser ministro do TFR”.

A conclusão da história? Ele mesmo faz questão de apresentar: “Como se vê, conheço todas as margens do rio. Atravessei de uma margem a outra... virei de canoa no leito...”

### Histórias de um jornalista



Conta o Ministro Edson Vidigal que, certa vez, ainda como correspondente do Jornal do Brasil no Maranhão, foi encarregado de redigir matérias sobre grilagem de terras no Sul do Estado e, como resultado, foi processado. Na época, o Jornal do Brasil mandou uma passagem para que ele fosse defender-se no Rio de Janeiro e contratou um bom advogado para o jornalista. Como a fonte do repórter era um juiz federal no Maranhão, Vidigal foi até o juiz e solicitou o empréstimo do processo. “Naquele tempo, xerox era algo inacessível por ser extremamente caro, então, não havia outro jeito senão sair com o processo debaixo dos braços”. Com quase oito volumes na mala, Edson Vidigal chegou ao Rio de Janeiro e jogou os autos na mesa do editor-geral, Walter Fontoura: – “Está tudo aí”, disse. – “Você se baseou nisso?” – perguntou o editor. Obtendo a resposta afirmativa, o editor, em seguida, liberou a máquina de xerox do jornal durante toda a noite para que tudo fosse copiado. O resultado foi que o repórter Vidigal cumpriu a ordem, fez sua defesa e, como não poderia deixar de ser, escreveu, ainda, mais matérias sobre o assunto. Mais tarde devolveu os autos ao Juiz. Hoje, quando recorda a época, não esconde a preocupação comum a qualquer magistrado: “Você vê o tamanho da responsabilidade? E se o avião caísse ou a mala se extraviasse, como ficaria o processo?”

Depois do episódio da matéria sobre grilagem de terras, o jornalista Edson Vidigal ganhou mais credibilidade. Voltou ao Maranhão e foi ser Secretário de Redação do Jornal O Estado do Maranhão. Bandeira Tribuzi era o diretor de redação, e os dois faziam um jornal a despeito do dono, que era José Sarney, e muito contra sua orientação. Os dois não poupavam o governo, e todas as noites Sarney ligava para Tribuzi e perguntava se ele já havia lido o artigo do Vidigal. O Sarney vivia preocupado com o artigo, e Vidigal vivia achando que ia ser demitido. Hoje, ao lembrar a época, revela: “O Sarney, em relação a mim, foi sempre muito tolerante, e eu devo muito isso a ele, pois essa tolerância permitiu o meu crescimento, e eu não resultei em um adolescente frustrado, traumatizado”.

# Viva Melhor: projeto em expansão

O projeto Viva Melhor, uma das 29 ações desenvolvidas pelo PGQVT, está de vento em popa. O trabalho realizado junto ao grupo de aposentados do TRF-1ª Região e Seção Judiciária do DF está rendendo bons frutos e vários convites para apresentação.

Em mais uma demonstração de reconhecimento por esse trabalho, o Tribunal participou, nos dias 24 e 25 de setembro, em Brasília, da 6ª Jornada de Qualidade de Vida. O evento, promovido pelo Instituto de Qualidade de Vida, contou com a presença de diversas instituições. Durante dois dias, foram abordados vários temas, como “Novas dimensões para os desafios em grupo”, “Programas de Qualidade de Vida: experiências de sucesso”, além do painel “Qualidade de vida na maturidade”, do qual participou a coordenadora do projeto Viva Melhor, servidora Maura Gomes de Carvalho, que proferiu a palestra “Viva Melhor: novos caminhos para uma longevidade saudável”.

Em sua apresentação, Maura explicou aos presentes que a busca do equilíbrio físico, pessoal, intelectual, social, familiar, emocional, profissional e espiritual é uma constante no grupo de aposentados do Tribunal. A coordenadora destacou que várias atividades, realizadas durante os encontros e também fora deles, procuram atingir cada um desses pontos, que são representados metaforicamente pelas cores do arco-íris. Segundo ela, “o público mostrou ótima receptividade à palestra”.

O Viva Melhor também já demons-

tra crescimento nas outras seccionais que formam a Primeira Região. A Seção Judiciária do Maranhão, onde o projeto já é realizado desde o ano passado, recebeu a visita da coordenadora do Viva Melhor. Os aposentados que formam o grupo puderam ouvir algumas considerações a respeito da importância de manter uma vida equilibrada, preservando e, até mesmo, aumentando a qualidade de vida.

Já no dia 3 de outubro, a coordenadora Maura esteve na Seção Judiciária do Piauí para lançar o projeto

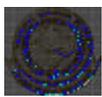
que já se preparam para a aposentadoria.

Este segundo grupo é o foco da próxima fase do projeto. A intenção é preparar o servidor para esse momento tão peculiar de sua vida. Depois do lançamento do Manual da Aposentadoria, na oitava edição da Feira de Saúde, o Viva Melhor irá direcionar seus trabalhos para esse grupo, para mostrar que a aposentadoria não é sinônimo de inatividade, e sim de felicidade, como revela o manual quando afirma “Aposente-se: o único risco é ser feliz”.



Foto1: Expositora Maura Carvalho fala sobre o Projeto  
Foto2: Grupo de aposentadas do TRF-1ª Região  
Foto 3: Aposentados participam do quadro Viva Melhor  
Foto 4: Membros do PGQVT prestigiam os participantes da Jornada

naquela seccional. A novidade foi recebida com muita alegria pelos aposentados do estado e também por aqueles que continuam na ativa, mas



# Matéria do programa Via Legal indicada a prêmio

Uma grande festa marcou a entrega do Prêmio Imprensa Embratel 2003, que aconteceu no dia 24 de setembro, na badaladíssima casa de



Da esq. para a dir., Etiene Gomes, Assessora de Comunicação do TRF-1ª Região; Luiz Carlos Paixão, Diretor do TRF-2ª Região; Rubens Murga, Diretor do CJF; Vera Carpes, Editora Regional do Via Legal; e Daniele Moura, Editora Regional do Via Legal participam do Prêmio Embratel

shows “Canecão”, no Rio de Janeiro. Trata-se de uma das maiores premiações do Brasil em termos de valores oferecidos e a de maior abrangência no setor da comunicação social. E o Judiciário brasileiro, que estreou há pouco mais de um ano na telinha, estava lá, representado pela repórter Vera Carpes, do TRF da 1ª Região – autora da reportagem selecionada – pela chefe da Ascom, Etiene Gomes, e pelo Diretor-Geral do Con-

selho da Justiça Federal, Rubens Murga.

Foram mais de 180 trabalhos inscritos na categoria Regional desse importante Prêmio oferecido pela Empresa Brasileira de Telecomunicações–Embratel e pelo Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro, cujo objetivo é reconhecer trabalhos jornalísticos de grande qualidade e estimular a publicação de reportagens sobre temas brasileiros de interesse da sociedade, que contribuam, de alguma forma, para a solução de problemas e possibilitem uma melhoria da qualidade de vida no País.

Entre as três finalistas da categoria Regional, a matéria do TRF da 1ª Região, feita para o programa Via Legal – revista eletrônica produzida pelo Conselho da Justiça Federal em parceria com os cinco Tribunais Regionais Federais – falou sobre um dos maiores comércios ilegais do Planeta: o tráfico de animais silvestres, que perde apenas para o tráfico de drogas e o de armas. De conteúdo investigativo, a matéria foi veiculada nos dias 12 e 14 de junho, na TV Justiça e na TV Cultura. A participação da Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres–Renctas, uma Ong que não mede esforços para combater essa prática criminosa, foi fundamental para

a apuração das informações pela repórter. A instituição ainda cedeu imagens que foram decisivas para a qualidade da matéria.

Para ressaltar a importância desse prêmio, é importante destacar que, entre os jornalistas indicados, estavam repórteres renomados como Sônia Bride, da TV Globo; André Trigueiro, da Globo News; Anselmo Góis, de “O Globo”; e outros.

Pela indicação para o prêmio, o Destaque mensal homenageia e parabeniza o trabalho de toda a equipe envolvida na produção do Via Legal: produtores, editores, diretores e técnica e, em especial, a repórter, que demonstrou toda sua competência e sensibilidade profissional.

## Prêmio Vladimir Herzog

Outro concurso jornalístico, dessa vez um dos mais importantes do Brasil voltados para os direitos humanos, coroou o primeiro aniversário do Via Legal. Uma série do programa, de sete matérias, sobre a Ditadura Militar está entre os vencedores do XXV prêmio jornalístico Vladimir Herzog na categoria Documentário de TV. A cerimônia de premiação aconteceu no dia 27 de outubro, no Parlamento Latino Americano, em São Paulo.

Cobertura completa na próxima edição do Destaque.

## TRF-1ª Região produz matérias para Rádio Justiça



Implantada recentemente pelo TRF-1ª Região, a Rádio Destaque está presente também nas ondas do mais novo programa veiculado pela Radiobrás. Trata-se da Rádio Justiça-Revista.

Esta novidade é resultado de uma parceria firmada entre o Supremo Tribunal Federal e a Radiobrás que tem como objetivo principal veicular, em ondas AM, notícias que são destaque nas instituições do Poder Judiciário.

O Programa é veiculado todas as sextas-feiras, pela manhã, das 10 às 11h, na Rádio Nacional de Brasília, do Rio de Janeiro e da Amazônia, além de ser retransmitido, via satélite, para mais de 500 emissoras no País.

A Rádio Destaque tem participado do quadro “Giro de Notícias” enviando toda semana matérias sobre o TRF-1ª Região. A cobertura de eventos como o lançamento oficial das carretas dos Juizados Especiais Federais Itinerantes, a inauguração das unidades móveis no município mineiro de Ipatinga e a realização do Juizado Fluvial no Amazonas são alguns exemplos das matérias encaminhadas pela equipe de jornalismo da rádio do Tribunal.

# Tribunal ganha prêmio “Iniciativa do Ano”

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região foi premiado no último dia 07 de outubro, pelo seu sistema de Processo de Execução Fiscal Eletrônico da Primeira Instância, o Pefe. A premiação aconteceu na Infoimagem-2003, evento internacional ocorrido em São Paulo, que é o segundo maior do mundo no gênero e tem o seu foco voltado para o gerenciamento eletrônico da informação e documentação – GED.

O objetivo primordial do sistema é o da virtualização do processo jurídico, tendo como principal característica a mudança do fluxo processual. O Diretor da Secin, Deusdete Paixão informou que, com isso, ocorre a abolição do papel, racionalização de procedimentos, automatização do trâmite do processo, eliminação do deslocamento físico do processo, padronização de procedimentos e agilização no julgamento. Disse ainda que, a princípio, o sistema será implantado,

no fim do ano, na 11ª, 18ª e na 19ª Vara de Execução Fiscal do Distrito Federal.

Desenvolvido pela empresa Policentro, sob a coordenação da Secin, o Pefe utiliza-se de modernas tecnologias de GED, *Workflow* e de ferramentas de segurança da informação, usando certificação digital de documentos.

O importante trabalho de mapeamento de fluxo da execução fiscal foi realizado pelos Juízes Federais Alexandre Machado Vasconcelos, Hamilton de Sá Dantas e Ricardo Gonçalves da Rocha Castro, auxiliados por seus respectivos Diretores de Secretaria.

Pela iniciativa, o TRF-1ª Região foi convidado para participar do evento e ganhou o prêmio “Inovação do Ano”. O sistema foi apresentado pelos representantes da Secin, Lúcio

Melre da Silva e Marcos Barbosa.

A premiação reflete o reconhecimento de um trabalho cuja meta é a de encontrar soluções viáveis para a modernização e conseqüente aprimoramento da Justiça. Para o Diretor-Geral Alcides Diniz, o prêmio recebido mostra a seriedade com que o Tribunal tem tratado as questões que envolvem o jurisdicionado.



Marcos Barbosa e Lúcio Melre, Diretores na Secin, representaram o Tribunal na Infoimagem

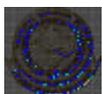


Troféu recebido pela Secin

## Execução Fiscal Virtual

O TRF-1ª Região decidiu “virtualizar” os processos de execução fiscal, devido à grande quantidade de ações desse tipo em tramitação no Tribunal. O objetivo é fazer os documentos e informações trafegarem de modo mais simples e ágil entre o Tribunal, a Procuradoria da Fazenda Nacional e o INSS.

A empresa que desenvolveu o programa para o Tribunal é a Policentro. E haverá também o aproveitamento de dados já cadastrados, intimação eletrônica, controle automatizado de prazos e outros.



# Desembargadora Selene deixa coordenação dos Juizados da 1ª Região



**Foto1: Ministro Edson Vidigal, Presidente em exercício do STJ, Desembargadora Selene Maria de Almeida e Presidente Catão Alves**

**Foto2: Desembargadora Selene em discurso na solenidade de despedida**

“Uma guerreira”. Foi como o Presidente do TRF-1ª Região, Catão Alves, se referiu à Desembargadora Federal Selene Maria de Almeida na cerimônia de despedida como Coordenadora dos Juizados Especiais Federais da 1ª Região, realizada no dia 28 de outubro. O evento aconteceu na Seção Judiciária do DF, local onde funciona o 1º Juizado Federal totalmente virtual do País, inaugurado na gestão da Dra Selene. Segundo o Presidente do Tribunal, a Desembargadora destacou-se durante todo o período em que atuou como coordenadora. “Se os Juizados da 1ª Região estão no nível em que estão é graças ao empenho da Dra. Selene”, resumiu. Para mostrar o importante trabalho deixado pela magistrada, o Presidente lembrou os inúmeros convênios assinados com universidades de Goiás, Minas Gerais e Amazonas e os vários juizados itinerantes terrestres e fluviais realizados em todo o País. Também destacou que a Desembargadora Selene conseguiu sensibilizar o Chefe da Casa Civil, José Dirceu, para que fosse incluído no orçamento geral da União do próximo ano um valor de 4 milhões de reais para a construção de um barco próprio que irá realizar audiências itinerantes fluviais pelas águas da região amazônica.

Outra presença ilustre na solenidade de despedida foi a do Presidente em exercício do STJ, Ministro Edson Vidigal. Mesmo com a agenda lotada de compromissos, o Ministro fez questão de comparecer ao evento para prestigiar a Desembargadora, que, segundo ele, teve papel fundamental na ampliação dos Juizados Especiais Federais. Para o Ministro, a Desembargadora Selene é um exemplo de juíza que deve ser seguido. “É uma mulher de coragem e de decisões firmes. Chegou ao TRF de forma bastante merecida e, ainda, tem uma longa estrada pela frente”, sintetizou.

Organizadores do evento, os Juizes Federais Hamilton de Sá Dantas, Diretor do Foro do Distrito Federal, e Flávio Dino, Coordenador do Juizado Especial Federal do DF, falaram com carinho e respeito sobre o trabalho desenvolvido pela Desembargadora Selene e prometeram continuar cuidando da “semente” por ela plantada. Em nome de juízes, servidores e, até mesmo, dos usuários dos Juizados, agradeceram o trabalho realizado nesses dois anos à frente da Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais da 1ª Região.

Ao usar da palavra, a Desembargadora Federal Selene Maria de Almeida fez questão de ler a mensagem e o nome de todos os juízes e servidores que colaboraram para que o Juizado Especial se tornasse uma realidade. “Valeu a pena?”, perguntou-se ao final; em seguida, respondeu: “Sim, trabalhamos para o bem-estar e a felicidade humana e pela democracia da Justiça Federal”, resumiu.

## Navegar é Preciso

Navegadores antigos tinham uma frase gloriosa:  
“Navegar é preciso; viver não é preciso”.  
Quero para mim o espírito desta frase,  
transformada a forma para a casar como eu sou:  
Viver não é necessário; o que é necessário é criar.  
Não conto gozar a minha vida; nem em gozá-la penso.  
Só quero torná-la grande,  
ainda que para isso tenha de ser o meu corpo  
e a (minha alma) a lenha desse fogo.  
Só quero torná-la de toda a humanidade;

ainda que para isso tenha de a perder como minha.  
Cada vez mais assim penso.  
Cada vez mais ponho da essência anímica do meu sangue  
o propósito impessoal de engrandecer a pátria e contribuir  
para a evolução da humanidade.  
É a forma que em mim tomou o misticismo da nossa  
Raça.

*Fernando Pessoa*



# Desembargador I'talo Mendes é novo Coordenador dos JEFs

Em sessão da Corte Especial Administrativa realizada no dia 2 de outubro, o Desembargador I'talo Fioravanti Sabo Mendes foi eleito Coordenador dos Juizados Especiais Federais na 1ª Região, cargo anteriormente exercido pela Desembargadora Federal Selene Maria de Almeida. O magistrado, que presidia a Quarta Turma no Tribunal, permanecerá no cargo por um período de dois anos.

O Desembargador Federal tomou posse no último dia 29, no *hall* do Plenário do Tribunal. Discursaram, na ocasião, o Presidente do Tribunal, Catão Alves, o novo Coordenador e a Desembargadora Selene Maria de Almeida, que deixou o cargo após exercê-lo por dois anos.

Em discurso, a Desembargadora Federal ressaltou as qualidades profissionais e as virtudes do novo Coordenador e afirmou estar deixando o cargo de Coordenação dos Juizados em excelentes mãos. Em breves palavras, o Desembargador Federal I'talo Mendes pediu a colaboração da Casa e do Senado Federal, representado, na ocasião, pelo Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Senador Edison Lobão, na continuação dos trabalhos junto aos JEFs, assumindo o compromisso de fazer o melhor de si durante os dois anos como Coordenador dos Juizados. O Presidente do TRF1ª Região, Catão Alves, fez a abertura e o encerramento da solenidade, agradecendo, em nome da Corte, à Desembargadora Federal Selene Maria de Almeida, e desejando um bom trabalho ao novo Coordenador. O evento foi muito prestigiado, prova disso está no número de cumprimentos recebidos pelo empossado de Desembargadores Federais da Casa, Juizes Federais, autoridades, convidados, advogados, dirigentes e servidores do Tribunal presentes.

Nascido em Diamantino-MT, I'talo Fioravanti Sabo Mendes tornou-se bacharel em Direito, em 1983, pela

Universidade de Brasília, onde também adquiriu o grau de Mestre, passados quatro anos. Entre julho de 1987 e janeiro de 1988, atuou como Procurador-Chefe da República no Estado do Mato Grosso e Procurador Regional Eleitoral naquele Estado, tendo exercido novamente essas funções, de 1989 a 1994, pelo Distrito Federal. Sempre ascendendo profissionalmente, devido à sua reconhecida competência na área jurídica, O novo Coordenador dos JEFs também foi Procurador Regional da República – 1ª Região e atuou na Procuradoria Geral Eleitoral.

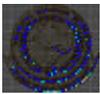
O Desembargador Federal I'talo Mendes passou a integrar o quadro de magistrados da Casa no dia 07 de agosto de 1998, sendo empossado, pelo Quinto Constitucional, além de ter sido indicado, em lista sêxtupla, pelo Ministério Público Federal e; em lista quádrupla, pelo TRF-1ª Região.



Foto 1: Desembargador Federal I'talo Mendes em discurso

Foto2: Da dir. para a esq., empossado, Desembargador Federal I'talo Mendes, Presidente Catão Alves, Senador Edison Lobão e Corregedor-Geral Aloísio Palmeira

Foto3: A solenidade foi prestigiada por autoridades, servidores e demais convidados



## Juizados Especiais Federais

### JEF no Jalapão

Mais eventos marcantes para os JEFs aconteceram nos dias 18 e 19 de setembro, na Seção Judiciária de Tocantins – SJTO –, o Juizado Especial Federal Itinerante do Jalapão e o Encontro de Juizes dos Juizados Especiais da 1ª Região, promovido pela Ajufer. Os dois eventos aconteceram simultaneamente. O JEF Itinerante de Tocantins atendeu à comunidade que habita os municípios de Ponte Alta e Mateiros. Já o Encontro de Juizes, que aconteceu na Pousada Jalapão, reuniu 34 juizes federais e discutiu assuntos diretamente relacionados ao trabalho do Juizado e das Turmas Recursais. Ao proferir seu discurso, a então Coordenadora dos Juizados na 1ª Região, Selene Maria de Almeida, sintetizou: “Queremos universalizar os Juizados Especiais. É chegada a hora de ver as diferenças para dar a todos o acesso à Justiça.” O Presidente Catão Alves encerrou o evento elogiando a iniciativa da Presidenta da Ajufer, Solange Salgado, em promover um evento com debates



População de Jalapão atendida pelo JEF

voltados exclusivamente a questões dos Juizados e parabenizando magistrados e servidores da SJTO pela iniciativa de organizar um juizado itinerante para atender à comunidade do Jalapão.

### JEF atende São Raimundo Nonato

A população carente de São Raimundo Nonato, um município com pouco mais de 20 mil habitantes e que fica a 520 km da Capital do Piauí, recebeu com expectativa a visita dos Juizados Especiais Federais Itinerantes nos dias 08 a 12 de setembro. Uma solenidade dirigida pelo Desembargador Federal Daniel Paes Ribeiro marcou a abertura dos trabalhos do Juizado Itinerante na região considerada uma das mais áridas do País.



Jurisdicionados de São Raimundo Nonato

Mais de 800 pessoas foram atendidas pela equipe do JEF, coordenada pelo Juiz Federal Márcio Magalhães, da Seção Judiciária do Piauí. De acordo com ele, toda a estrutura para atender bem à população, desde computadores, máquinas de xerox e impressoras, até pessoal para fazer as atirmações, foi montada pela seccional piauiense com três dias de antecedência. A prefeitura local também colaborou cedendo o espaço para os atendimentos.

A maioria das pessoas que procuraram o JEF em São Raimundo Nonato desejava resolver questões relacionadas com a Previdência Social; muitos, pedidos de aposentadoria especial. Grande parte dessas pessoas vê no Juizado Itinerante o único caminho para ter seus direitos assegurados.

As audiências foram marcadas para o período de 10 a 14 de novembro, quando os processos deverão ser sentenciados.

### Justiça Federal vai à região do Alto Solimões

Na presença do Prefeito José Amaury da Silva Maia, da Representante da Diretoria do Foro da Seção Judiciária do Amazonas, Juíza Federal Maria Lúcia Gomes de Souza, do Coordenador-Geral dos Juizados Especiais Federais do Amazonas, Juiz Federal Dimis da Costa Braga, e de outras autoridades, o Presidente do TRF, Catão Alves, declarou abertos os trabalhos do Juizado Especial Federal Itinerante de Benjamin Constant, marcando, assim, a presença da Justiça Federal na região do Alto Solimões no Amazonas.

O Presidente Catão Alves falou de sua satisfação em estar naquela região mostrando ao povo que a Justiça Federal não é elitista como tem sido historicamente vista. “Por meio dos JEFs, a Justiça está à disposição de todos e cumpre o papel de levar a justiça àqueles que não podem chegar até ela”.

Foram realizadas audiências, sob a coordenação do Juiz Federal Dimis Costa, pela equipe de cinco magistrados que atuam em Benjamin Constant. Mais de 700 ações relativas a indenizações contra a Funai foram analisadas. Os JEFs ficaram no município por quinze dias.



Da dir. para a esq., Dr. Dimis da Costa Braga, Presidente Catão Alves e Prefeito José Amaury

# Juizado Itinerante Fluvial

## Assinado convênio para atender à população ribeirinha do Amazonas

Chegou a vez de a população ribeirinha do Amazonas ter acesso à Justiça Federal. Uma parceria entre o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e o Governo do Estado do Amazonas está possibilitando a realização dos Juizados Especiais Federais Itinerantes Fluviais na região.

No Município de Novo Airão, localizado a 180 km de Manaus, o Presidente do TRF, Catão Alves, e o Governador do Amazonas, Eduardo Braga, assinaram um convênio a bordo do barco Puxirin – uma das quatro embarcações equipadas para atender à população que vive nas margens dos rios.

A embarcação, que já é conhecida do povo da região, tem estrutura completa e percorre os municípios ribeirinhos e aldeias indígenas levando a todos benefícios como expedição de identidades e certidões de nascimento, além de atendimento médico e odontológico.

A iniciativa complementa o Projeto PAI – Pronto Atendimento Itinerante –, do Governo do Estado, que já leva cidadania para o povo ribeirinho. A partir de agora, milhares de pessoas poderão ingressar na Justiça Federal com ações que não ultrapassem o valor de 60 salários-mínimos, como as relativas a aposentadorias, pensões e auxílios.

O Coordenador do Juizado Especial Federal do Amazonas, Dimis da Costa Braga, destacou a importância dos Juizados Especiais Itinerantes não só para a população ribeirinha do Amazonas, mas para todos aqueles que não têm acesso à Justiça Federal.



Acima, Eduardo Braga, Governador do Amazonas, em discurso na solenidade de assinatura do convênio  
Abaixo, autoridades reunidas a bordo do barco Puxirin



## Subseção de Tabatinga com obras adiantadas

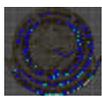
Graças a um convênio firmado entre o TRF da 1ª Região e o Governo do Estado do Amazonas, a Subseção Judiciária de Tabatinga está perto de virar realidade. No último dia 07/10, as obras foram visitadas pelo Presidente do TRF, Catão Alves, acompanhado do Coordenador de Operações Especiais de Fronteiras da Polícia Federal, Mauro Sposito, do Assessor da Presidência, Alcino Barreto, do Coordenador do JEF/AM, Juiz Federal Dimis da Costa Braga, da Juíza Federal Maria Lúcia Gomes Souza, representando a Diretoria do Foro, e dos engenheiros responsáveis.

O Presidente considera de extrema importância a presença da Justiça Federal no local, uma vez que o Município, além de encontrar-se em posição estratégica e de ser a porta de entrada e saída da fronteira brasileira com a Colômbia e o Peru, está na rota do tráfico internacional de drogas.

A sede da Subseção tem 2.700 m<sup>2</sup> de área construída e foi projetada para instalar, em amplos espaços, duas varas federais completas, auditório, duas casas para atender aos magistrados e um alojamento com 12 apartamentos para os servidores. A conclusão das obras e a inauguração da sede estão previstas para o primeiro trimestre de 2003.



Presidente Catão Alves e equipe de engenheiros responsáveis pela obra



# Seções Judiciárias

MG MG **MINAS GERAIS** MG MG

## Juizado Federal assina convênio com sindicatos

A coordenadora dos Juizados Especiais Federais em Minas Gerais, Juíza Federal Luciana Pinheiro Costa, assinou, na tarde de 14/10, convênio com diversos sindicatos. O acordo vai possibilitar um aumento no número de pessoas nas áreas de distribuição de processos e contadoria, onde são feitos os cálculos e atualização de valores dos processos.

Abaixo, a íntegra da exposição de motivos que justifica o convênio:

A crescente demanda dos Juizados Especiais Federais, que contam hoje, somente em Minas Gerais, com quase 50.000 processos, chama a atenção para o fato de que essas pessoas se encontravam à margem da prestação jurisdicional brasileira.

Constatado está, portanto, que a falta de acesso à Justiça constitui um sério problema social do País, exigindo, para sua solução, o empenho não só do Poder Judiciário, mas de toda a Sociedade.

Diante desse quadro, a Justiça Federal da 1ª Região vem buscando parcerias, com vistas a aparelhar os Juizados Especiais Federais para que cumpra suas funções de prestar jurisdição de forma simples, informal, célere e segura, já tendo firmado convênio com o Centro Universitário Newton Paiva e a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, entre outras.

Agora, foi entabulado convênio com a Força Sindical, o Sindicato Nacional dos Aposentados, a Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de Minas Gerais e Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de Minas Gerais.

Pelos convênios assinados, as entidades associativas fornecerão digitadores para os trabalhos no Setor de protocolo e Distribuição do Juizado Especial Federal de Belo Horizonte.

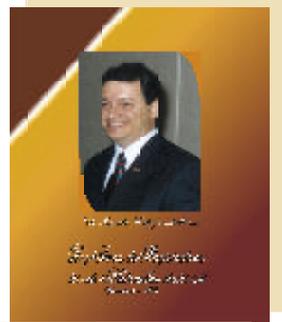
Estão todos, a Justiça Federal brasileira e as entidades que realizaram o convênio, assumindo, cada um, uma parcela da responsabilidade social de fazer Justiça para todos.

Da mesma forma, as referidas entidades estão patrocinando a contratação de bolsas de estágios de 10 estudantes para o setor de contabilidade dos Juizados Especiais Federais.

## SUBSEÇÃO DE UBERLÂNDIA 10 anos de magistratura

Foi realizada, no dia 26 de setembro, na Subseção Judiciária, a homenagem pelos 10 anos de Magistratura Federal dos Juízes Lincoln Rodrigues de Faria (foto 1), Titular da 1ª Vara e Coordenador da Subjudi, e Alexandre Jorge Fontes Laranjeira (foto 2), Titular da 2ª Vara. O evento contou com a participação do

Diretor do Foro da SJMG, Francisco de Assis Betti, e do Diretor da Secad, Gustavo Prado Neto, que estavam em visita à Subseção Judiciária de Uberlândia na ocasião. Os demais juízes, Diretores de Secretaria e servidores da Subjudi entregaram livro personalizado aos homenageados contendo atos publicados nos DO, DJ e outros jornais oficiais desde o edital do concurso para provimento do cargo de juiz substituto, lista de aprovados, termo de posse dos magistrados no TRF-1ª Região, atos de nomeação e titularização, títulos, certificados, fotografias de eventos e homenagens, bem como as primeiras sentenças e audiências dos dois magistrados, que por coincidência, são do mesmo concurso.



PI PI **PIAUI** PI PI

## 35 anos de Justiça Federal no Piauí

A Seção Judiciária, ao completar 35 anos de instalação, comemorou a data realizando, nos dias 07 e 08 de agosto, a 1ª Jornada de Estudos Jurídicos da Justiça Federal no Piauí.

O referido evento teve como finalidade debater com os diversos segmentos sociais temas de maior relevância para a sociedade e até então pouco difundidos no Estado. A ordem, segundo o Diretor do Foro, Juiz Federal Derivaldo de Figueiredo Bezerra Filho, “*é dinamizar e projetar a Justiça Federal como instituição predisposta a atender aos jurisdicionados que dela necessitam, é contribuir com seus honrosos serviços em prol de uma justiça mais atuante e compromissada com os interesses da sociedade piauiense*”.

Durante a 1ª Jornada de Estudos Jurídicos da JF/PI, foram proferidas as seguintes palestras “Democracia e Justiça”,

pelo professor-doutor da UFSC Edmundo Arruda; “Crimes contra a ordem tributária”, com o Desembargador Federal da 5ª Região e tributarista, Hugo de Brito Machado; Lavagem de Dinheiro, com o Ministro do STJ, Gilson Dipp, responsável pela criação das varas federais especializadas em Lavagem de Dinheiro; “Crime organizado e seus instrumentos de combate”, com o Juiz Federal do Estado do Acre, Pedro Francisco da Silva; e “A quebra do sigilo da escuta telefônica”, com o Desembargador Federal da 1ª Região, Jirair Aram Meguerian.

A 1ª Jornada contou com a presença de magistrados, procuradores, advogados, estudantes e ilustres figuras do meio jurídico nacional, como o Vice-Presidente do TRF-1ª Região, Carlos Fernando Mathias, e do Desembargador Federal Antônio Sávio Chaves.

## Decisões das Seções Judiciárias em Destaque



### Servidores condenados por crime de concussão

Dois funcionários do Ibama perderam seus respectivos cargos públicos ao serem condenados por crime de concussão e tráfico de influência devido ao fato de exigirem 30 mil reais de Maria Ivani de Araújo, proprietária da empresa Kennedy e Araújo Ltda, para não autuarem a empresa.

O Juiz Federal substituto da 2ª Vara de Rondônia, João Carlos Cabrelon de Oliveira, ressaltou que fatos como esses são inúmeras vezes relatados anonimamente às autoridades do estado, mas, em razão do anonimato, a materialidade e autoria do crime de concussão termina por não ser apurado. Neste caso, a conduta da dona do subestabelecimento, ao levar ao conhecimento das autoridades o crime de que foi vítima com fatura de minúcias, trouxe no entender do magistrado “a tranquilidade para considerá-lo como suficiente para ocasionar a condenação criminal dos réus, bem como o conjunto probatório colhido nos autos, em face da fragilidade dos depoimentos dos acusados”. Além de perderem os cargos, os acusados foram condenados à reclusão de sete anos e três meses.



### Horário de Verão

Foi denegada a solicitação de alteração do “horário de verão” em Goiás, proposta em ação popular com pedido de liminar, em face da União, objetivando a imediata suspensão dos efeitos do Decreto nº 4.844, de 24 de setembro de 2003, que estabeleceu o “horário de verão” relativamente ao Estado de Goiás.

De acordo com a Decisão do Juiz Federal Euler de Almeida Silva Júnior, “na matéria de horário legal deve prevalecer a segurança jurídica, decorrente da observação da convenção coletiva legislatada, do que eventual conveniência de parcela de seus destinatários”.

Entre os motivos que ensejaram o indeferimento do pedido estão os seguintes: a ação foi ajuizada quando não mais havia tempo para impedir adequadamente o início do “horário de verão”; a alteração imediata do horário, exaustivamente divulgado e já iniciado, iria causar mais malefício social do que benefício; iniciado o “horário de verão”, não mais é recomendada sua alteração, porque implicaria dupla adequação biológica das pessoas físicas a quem a norma se destina; “A aplicação de “horário de verão” ou sua suspensão implica, necessariamente, a adoção de data futura e certa, distante no tempo em período suficiente para os atos de divulgação prévia aos interessados”.

Livro

## Novas perspectivas do Direito Constitucional

Para quem busca novas perspectivas do Direito Constitucional, o livro do Juiz Federal Sergio Fernando Moro, da Seção Judiciária do Paraná, intitulado “Desenvolvimento e Efetivação Judicial das Normas Constitucionais” apresenta-se de grande valia. A obra, resultado do mestrado que o magistrado cursou na Universidade do Paraná, trata “do problema da eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais, com atenção especial, posteriormente, ao princípio da igualdade, dado o papel central deste em Estado Democrático de Direito”.

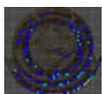
Crítico ao atual esforço das Cortes

brasileiras de identificar no texto constitucional normas de aplicabilidade imediata e normas de aplicabilidade mediata, o que, segundo o autor, termina por dividir a Constituição em uma parte imediatamente aplicável pelo Judiciário e outra a depender da regulação legislativa que muitas vezes não ocorre, o autor defende um novo enfoque para que as Cortes tenham papel na construção do Estado Social e Democrático de Direito.

A idéia central é de que “todas as normas constitucionais (princípios, programas, ou regras) podem ser invocadas pelo Judiciário, em qualquer ação or-

dinária, para solução de casos concretos, delas se extraindo a regra de direito que determinará o resultado do julgamento”. O magistrado segue enfatizando a importância de um judiciário atuante em países como o Brasil, cujas desigualdades e pobreza dificultam a efetivação do processo democrático, para isso há que abandonar a classificação abstrata das normas constitucionais quanto à aplicabilidade e eficácia e firmar o papel do Judiciário junto ao Legislativo na efetivação da Constituição.





# Instituídos novos órgão

## 7ª e 8ª Turmas e 4ª Seção julgam proces

O TRF da Primeira Região está funcionando com nova estrutura organizacional desde o dia 1º de outubro, contando com mais uma seção, 4ª, e duas turmas de julgamento, 7ª e 8ª. Com a mudança, motivada pela necessidade de reorganizar o acúmulo de processos, a Secretaria Judiciária (Secju) passou a funcionar, agora, com quatro sessões e oito turmas, conforme previsão regimental (art. 407-A). Isso tornou necessária, também, a modificação no funcio-

namento dos órgãos julgadores.

Pela Resolução n.600-011/2003, que alterou a Resolução 22/2002 (norma que define a estrutura organizacional do Tribunal), os serviços cartorários e de apoio aos julgamentos da 4ª Seção passaram a ser realizados pela Coordenadoria da Corte Especial e Plenário, que foi reforçada com mais duas funções comissionadas de Assistente Técnico II; foram criadas, para o processamento cartorário e apoio aos julgamentos das novas Turmas, as

Coordenadorias da 7ª Turma e da 8ª Turma e a 4ª Seção; as Subsecretarias da Secju passaram a denominar-se Coordenadorias; e seus Diretores, Coordenadores; padronizando-se a nomenclatura adotada em 2002; as seis Divisões de Coordenação de Julgamentos das Turmas foram extintas; a Coordenação dos Juizados Especiais Federais foi incrementada com o Cargo em Comissão de Secretário-Executivo, a exemplo do existente na Escola da Magistratura Federal (Esmaf).

**Novos dirigentes** – As Coordenadorias da 7ª e da 8ª Turma estão funcionando desde o dia 1º de outubro, no 8º andar do Edifício Anexo I, contando com um coordenador, um diretor, 13 servidores e quatro estagiários cada uma. Os ramais da sétima são 806 a 811; e os da oitava, 812 a 817.



Presidente, administradores e empossados reunidos na sala da Presidência

O Presidente Catão Alves deu posse aos servidores que vão exercer cargos em comissão na Sétima e na Oitava Turma do Tribunal, no dia 1º de outubro. Joaquim Felipe Barbosa de Alencastro foi empossado Coordenador da Oitava Turma; e Jesus Narvaez da Silva, Diretor da Divisão de Processamento e Procedimentos Diversos da Coordenadoria da mesma Turma.

Marcelo Cavallieri Resende foi nomeado Diretor da Divisão de Processamento e Procedimentos Diversos da Coordenadoria da Sétima Turma; e Francisco das Chagas Moreira, Diretor da Divisão de Análise e Classificação de Feitos da Coordenadoria de Registros e Informações Processuais da Secretaria Judiciária.

A solenidade aconteceu na sala da Presidência e contou com a presença do Diretor-Geral Alcides Diniz, do Secretário-Geral Mário Santana, da Diretora da Secretaria Judiciária, Terezinha Pereira Ramos Marques, do Diretor da Secretaria de Recursos Humanos, Alex Amorim, e demais administradores. O Presidente Catão Alves encerrou a cerimônia com breves palavras e desejou aos servidores felicidades no exercício das novas atribuições e, acima de tudo, lealdade.

O Coordenador Artur Manoel de Carvalho Nunes, da Coordenadoria da Sétima Turma, tomou posse no dia 08 de outubro.

**A redistribuição de processos** orientou-se pelo princípio de igualdade de tratamento e eficiência na prestação jurisdicional, não deixando de lado a preocupação com o tempo, o volume e a complexidade do processo. Para executar a redistribuição, os processos foram deslocados das Turmas ou dos Gabinetes e superlotaram o salão nobre, no 2ª andar do Edifício-Sede, que mede 243m², e foram devidamente organizados e enviados ao novo órgão ou Desembargador Federal a ele inerente.



**Novo calendário com dias e horários das sessões do Plenário, da Corte Especial, das Seções e das Turmas pode ser conferido à página 2 desta publicação.**

# Julgadores no Tribunal

redistribuídos, desde o início de outubro

**Sessões Inaugurais** - Redistribuídos os processos, inauguradas as instalações, empossados os dirigentes e lotados os servidores, os membros se reuniram para dar início aos julgamentos dos processos. No dia 21 de outubro pela manhã, foi realizada a sessão inaugural da Sétima Turma, na sala de sessões n. 1. Os Desembargadores que a compõem, Tourinho Neto, Luciano Amaral e Antônio Ezequiel, julgaram 26 embargos de declaração e dois agravos regimentais. Cada um recebeu aproximadamente 6.500 processos.

No dia 22 de outubro, foi a primeira sessão da Oitava Turma, composta pelos Des. Federais Mário César Ribeiro e Maria do Carmo Cardoso e pelo Juiz Iran Velasco Nascimento. Eles julgaram 20 processos, 17 embargos de declaração, duas apelações cíveis e um agravo de instrumento.

Ao iniciar as atividades, o Presidente Mário César Ribeiro informou que foram redistribuídos 19.200 processos para a Turma, ficando cada desembargador com 6.400 feitos. A sessão ocorreu na sala de sessões n. 02, às 14 h.



Sessão inaugural da 7ª Turma



4ª Seção reunida pela primeira vez



Primeira sessão realizada na 8ª Turma

**Com a reestruturação na Secretaria Judiciária, as siglas das unidades que a compõem foram alteradas pela Portaria/Presi/650-593, de 25 de setembro de 2003. Conheça as novas siglas:**

COORDENADORIA DE REGISTROS E INFORMAÇÕES PROCESSUAIS	CORIP
COORDENADORIA DE RECURSOS	COREC
SETOR DE PROCEDIMENTOS DIVERSOS	SETDIV/COREC
SETOR DE PUBLICAÇÕES	SETPUB/COREC
COORDENADORIA DA CORTE ESPECIAL E SEÇÕES	COCSE
DIVISÃO DE PROCESSAMENTO E PROCEDIMENTOS DIVERSOS	DIPOD/COCSE
SETOR DE APOIO AO PROCESSAMENTO	SETAPO/COCSE
SETOR DE PROCEDIMENTOS DIVERSOS	SETDIV/COCSE
DIVISÃO DE COORDENAÇÃO DE JULGAMENTOS	DJUL/COCSE
SETOR DE COORDENAÇÃO E APOIO AOS JULGAMENTOS	SETCOJ/COCSE
SETOR DE PUBLICAÇÕES	SETPUB/COCSE
COORDENADORIA DA PRIMEIRA TURMA	CTUR1
SETOR DE COORDENAÇÃO E APOIO AOS JULGAMENTOS	SETJUL/CTUR1
SETOR DE PUBLICAÇÕES	SETPUB/CTUR1
DIVISÃO DE PROCESSAMENTO E PROCEDIMENTOS DIVERSOS	DIPOD/CTUR1
SETOR DE APOIO AO PROCESSAMENTO	SETAPO/CTUR1
SETOR DE PROCEDIMENTOS DIVERSOS	SETDIV/CTUR1
SETOR DE INTIMAÇÕES, CERTIDÕES E EXPEDIÇÕES DIVERSAS	SETINT/CTUR1
COORDENADORIA DA SEGUNDA TURMA	CTUR2
SETOR DE COORDENAÇÃO E APOIO AOS JULGAMENTOS	SETJUL/CTUR2
SETOR DE PUBLICAÇÕES	SETPUB/CTUR2
DIVISÃO DE PROCESSAMENTO E PROCEDIMENTOS DIVERSOS	DIPOD/CTUR2
SETOR DE APOIO AO PROCESSAMENTO	SETAPO/CTUR2
SETOR DE PROCEDIMENTOS DIVERSOS	SETDIV/CTUR2
SETOR DE INTIMAÇÕES, CERTIDÕES E EXPEDIÇÕES DIVERSAS	SETINT/CTUR2
COORDENADORIA DA TERCEIRA TURMA	CTUR3
SETOR DE COORDENAÇÃO E APOIO AOS JULGAMENTOS	SETJUL/CTUR3
SETOR DE PUBLICAÇÕES	SETPUB/CTUR3
DIVISÃO DE PROCESSAMENTO E PROCEDIMENTOS DIVERSOS	DIPOD/CTUR3
SETOR DE APOIO AO PROCESSAMENTO	SETAPO/CTUR3
SETOR DE PROCEDIMENTOS DIVERSOS	SETDIV/CTUR3
COORDENADORIA DA QUARTA TURMA	CTUR4
SETOR DE COORDENAÇÃO E APOIO AOS JULGAMENTOS	SETJUL/CTUR4
SETOR DE PUBLICAÇÕES	SETPUB/CTUR4
DIVISÃO DE PROCESSAMENTO E PROCEDIMENTOS DIVERSOS	DIPOD/CTUR4
SETOR DE APOIO AO PROCESSAMENTO	SETAPO/CTUR4
SETOR DE PROCEDIMENTOS DIVERSOS	SETDIV/CTUR4

COORDENADORIA DA QUINTA TURMA	CTUR5
SETOR DE COORDENAÇÃO E APOIO AOS JULGAMENTOS	SETJUL/CTUR5
SETOR DE PUBLICAÇÕES	SETPUB/CTUR5
DIVISÃO DE PROCESSAMENTO E PROCEDIMENTOS DIVERSOS	DIPOD/CTUR5
SETOR DE APOIO AO PROCESSAMENTO	SETAPO/CTUR5
SETOR DE PROCEDIMENTOS DIVERSOS	SETDIV/CTUR5
SETOR DE INTIMAÇÕES, CERTIDÕES E EXPEDIÇÕES DIVERSAS	SETINT/CTUR5
COORDENADORIA DA SEXTA TURMA	CTUR6
SETOR DE COORDENAÇÃO E APOIO AOS JULGAMENTOS	SETJUL/CTUR6
SETOR DE PUBLICAÇÕES	SETPUB/CTUR6
DIVISÃO DE PROCESSAMENTO E PROCEDIMENTOS DIVERSOS	DIPOD/CTUR6
SETOR DE APOIO AO PROCESSAMENTO	SETAPO/CTUR6
SETOR DE PROCEDIMENTOS DIVERSOS	SETDIV/CTUR6
SETOR DE INTIMAÇÕES, CERTIDÕES E EXPEDIÇÕES DIVERSAS	SETINT/CTUR6
COORDENADORIA DA SÉTIMA TURMA	CTUR7
SETOR DE COORDENAÇÃO E APOIO AOS JULGAMENTOS	SETJUL/CTUR7
SETOR DE PUBLICAÇÕES	SETPUB/CTUR7
DIVISÃO DE PROCESSAMENTO E PROCEDIMENTOS DIVERSOS	DIPOD/CTUR7
SETOR DE APOIO AO PROCESSAMENTO	SETAPO/CTUR7
SETOR DE PROCEDIMENTOS DIVERSOS	SETDIV/CTUR7
SETOR DE INTIMAÇÕES, CERTIDÕES E EXPEDIÇÕES DIVERSAS	SETINT/CTUR7
COORDENADORIA DA OITAVA TURMA	CTUR8
SETOR DE COORDENAÇÃO E APOIO AOS JULGAMENTOS	SETJUL/CTUR8
SETOR DE PUBLICAÇÕES	SETPUB/CTUR8
DIVISÃO DE PROCESSAMENTO E PROCEDIMENTOS DIVERSOS	DIPOD/CTUR8
SETOR DE APOIO AO PROCESSAMENTO	SETAPO/CTUR8
SETOR DE PROCEDIMENTOS DIVERSOS	SETDIV/CTUR8
SETOR DE INTIMAÇÕES, CERTIDÕES E EXPEDIÇÕES DIVERSAS	SETINT/CTUR8
COORDENADORIA DE TAO UIGRAFIA	COTAQ
DIRETORIA-GERAL DA SECRETARIA	
NÚCLEO ADMINISTRATIVO DA DIRETORIA-GERAL	
SETOR DE APOIO ADMINISTRATIVO	SETAPA/NUCAD
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO E ARQUIVO ADMINISTRATIVO	
SETOR DE MALOTES	SETLOT



# Especialização dos novos Órgãos Julgadores do Tribunal

O Tribunal passou a ter quatro áreas de especialização, estabelecidas em razão da matéria, que, de acordo com o art. 6º do Regimento Interno do TRF da Primeira Região, ficaram assim distribuídas: benefícios previdenciários e servidores públicos; penal, improbidade administrativa e desapropriação; administrativo, civil e comercial; tributário e conselhos profissionais. A competência do Plenário e da Corte Especial não está sujeita a especialização.

A Primeira Seção julgará os processos relativos a servidores públicos civis e militares, exceto os relativos a improbidade administrativa; e benefícios previdenciários.

A Segunda Seção ficou encarregada de processar e julgar os feitos que dizem respeito à matéria penal em geral; improbidade administrativa; desapropriação direta e indireta.

À Terceira Seção caberá o julgamento dos processos relativos a licitação e contratos administrativos; concursos públicos; contratos; direito ambiental; sucessões e registros pú-

blicos; direito das coisas; responsabilidade civil; ensino; nacionalidade, inclusive a respectiva opção e naturalização; constituição, dissolução e liquidação de sociedades; propriedade industrial; Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS.

A Quarta Seção julgará os processos relativos a inscrição, exercício profissional e respectivas contribuições; impostos; taxas; contribuições de melhoria; contribuições sociais e outras de natureza tributária, exceto as contribuições para o FGTS; empréstimos compulsórios; multas de natureza tributária; preços públicos; outras multas.

Os feitos relativos a nulidade e anulabilidade de atos administrativos serão de competência da Seção a cuja área de especialização esteja afeta a matéria de fundo.

Lembramos que as Turmas serão presididas pelo desembargador federal mais antigo entre seus membros, obedecendo-se à ordem de antiguidade, em sistema de rodízio, pelo prazo de dois anos, desde que contem com pelo

menos dois anos de exercício no cargo, salvo se todos os componentes do órgão colegiado não preencherem tal requisito. O presidente, o vice-presidente e o corregedor-geral não integram Turma ou Seção, exceto Turma Especial de Férias, conforme o art. 23, IV. O desembargador federal empossado integrará a Turma onde ocorreu a vaga para a qual foi nomeado ou a que foi deixada por motivo de transferência de magistrado. O presidente, o vice-presidente e o corregedor-geral, ao deixarem seus cargos, retornam à Turma, observando-se o seguinte: o presidente e o corregedor-geral integrarão, respectivamente, a Turma do presidente e a do corregedor-geral eleitos; se o novo presidente for o vice-presidente ou o corregedor-geral, o presidente que deixar o cargo passará a integrar a Turma de que provém o vice-presidente ou o corregedor-geral eleitos; o vice-presidente, ao deixar o cargo, se não for ocupar o de presidente do Tribunal, integrará a Turma do novo vice-presidente.



8ª Turma



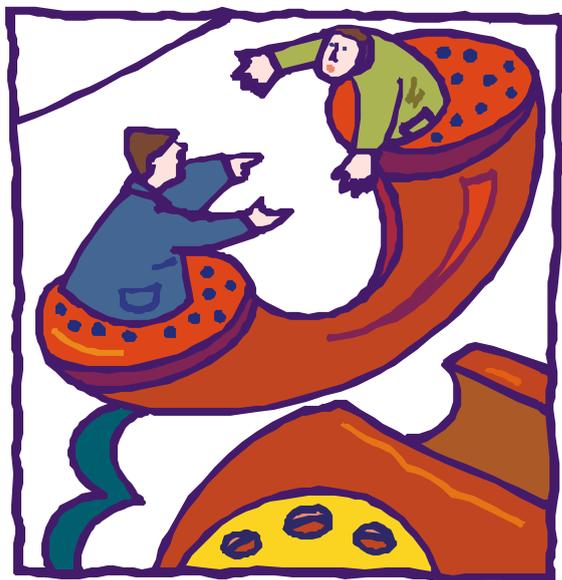
7ª Turma

## Estrangeiro não poderá ser incluso na lista nacional de espera de doação de órgãos

Decisão do Tribunal Regional Federal da Primeira Região suspendeu a liminar que garantia a inclusão de um estrangeiro que não reside no Brasil na lista nacional de espera de doação de órgãos. O estrangeiro, não-residente no Brasil, entrou com uma ação na 21ª Vara Federal do DF pedindo a inclusão de seu nome na lista para a realização de um possível transplante pulmonar, depois que lhe fora recusada na via administrativa. O pedido foi aceito, a Justiça de primeira instância concedeu uma liminar permitindo a inclusão. A Advocacia-Geral da União, então, recorreu ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que suspendeu a liminar. O relator do processo, Desembargador Federal Daniel Paes Ribeiro, concordou com o argumento dos Advogados de que não existe nenhum tratado internacional que regulamente a possibilidade da inclusão do nome do estrangeiro nesta lista, tendo em vista sua condição de não-residente no Brasil, portanto não demonstrado o direito líquido e certo. O Desembargador Federal considerou ainda o fato de o estrangeiro já estar incluso na lista nacional de espera de doação de órgãos de seu país de origem.



## Mantido o IPC-A no cálculo de reajuste de telefonia fixa



O Desembargador Federal Antônio Ezequiel, da 7ª Turma do TRF-1ª Região, não concedeu o pedido de suspensão da decisão de 1º grau que determinou fosse realizado, pela aplicação do índice obtido com a variação do IPC-A, o reajuste máximo das tarifas dos serviços públicos de telefonia de assinatura residencial e pulsos; assinatura e habilitação não-residenciais e tronco; crédito de cartão telefônico; serviços de longa distância nacional; serviços de longa distância internacional e tarifas de interconexão. Foi mantida, pois, a decisão de 1º grau até que se julgue o mérito.

Segundo a decisão do Desembargador, de 14 de outubro, “a difícil operacionalização da medida, em âmbito nacional, pode tornar inviável o cumprimento de decisões divergentes em curto espaço de tempo”, recomendando-se, desta forma, evitar decisões monocráticas contraditórias sobre a matéria, sendo aconselhável a manutenção da decisão até posicionamento do colegiado.



## Comportamento

# Gerenciando sua vida e sua carreira

Trechos extraídos do artigo “61 atitudes para turbinar sua carreira”, publicado na Revista Você S.A, de junho de 2002, que contém reflexões e dicas oferecidas por psicólogos, professores e consultores organizacionais, para serem usadas na vida pessoal e no trabalho:

**Velocidade da luz** – “As mudanças estão mais rápidas e mais caras. Ser pioneiro, sair na frente, é cada vez mais importante. O problema é que é fácil entender as mudanças *depois* que elas ocorrem. O difícil, mas fundamental, é percebê-las *enquanto* elas ocorrem.”

*Max Gehringer*

**Viva a diferença** – “Procure se cercar de gente que o mova para cima – e trate de ajudá-las a fazer esse movimento também. Não tenha medo de opiniões divergentes. A diferença alimenta os processos decisórios, a criação de novos produtos e o ânimo de uma equipe. É ela que move o grupo para a frente.”

*Vânia Ferro*

**Alta performance** – “Não se engane achando que sua capacidade de produção continuará ininterrupta enquanto você gasta mais da metade do seu dia com apenas uma atividade. Trabalhar 12, 14, 16 horas diárias pode dar a falsa impressão de alta performance. Mas ao longo do tempo, inevitavelmente sua produção tende a despencar. E, esteja certo, sua empresa percebe isso. Organize-se e encontre tempo na agenda para desenvolver outras quatro áreas – física, mental, socioemocional e espiritual.”

*Paulo Kretly*

**Treine seus ouvidos** – “Ouça generosamente. Talvez essa seja a missão mais difícil para um líder, principalmente para os mais ansiosos. Não tente adivinhar o que seus subordinados ou companheiros de trabalho vão falar. Se você interrompe um profissional que toma coragem para entrar na sua sala, automaticamente influencia a linha de raciocínio dele. Sem estímulo, ele acaba engavetando a sugestão e você deixa de conhecer, quem sabe, a idéia que garantiria os resultados do semestre”.

*Vânia Ferro*

**Quem gosta de você?** – “Precisamos ter muitos motivos para gostar de nós mesmos. A auto-estima funciona como o sistema imunológico da felicidade. Os problemas batem no escudo da auto-estima e caem no chão. Já quem tem auto-estima baixa vive se sabotando. A pessoa cria um pensamento inconsciente que acaba afetando sua relação com os outros: se nem eu gosto de mim, quem vai gostar? Sem autoconhecimento, autoconfiança e auto-estima, ninguém consegue absolutamente nada”.

*Eugênio Mussak*

**Antes que seja tarde** – “Você não é apenas um profissional. É pai ou mãe, é filho, é amigo, é cidadão. Saiba dividir seu tempo entre esses papéis. Tem muita coisa na vida que não pode ser deixada para depois e, se você não perceber isso a tempo, pode ser tarde demais”.

*Vicky Bloch*

**O verdadeiro líder** – “O líder tem um papel fundamental em tempo de turbulência. Ele precisa agir como um guia para as pessoas de sua equipe, pois nessas horas elas tendem a ficar perdidas, ansiosas e com pouca capacidade de produção. Tem de saber avaliar, aconselhar, motivar, gerar comprometimento no grupo e saber encontrar forças dentro de si mesmo, pois também estará no meio do furacão. O verdadeiro líder deve ser capaz de transmitir esperança, e isso significa fazer a equipe acreditar no futuro”.

*Irene Ferreira Azevedo*

**Comprometa-se** – “Em geral, o profissional brasileiro não se compromete, ele se envolve. Os interesses individuais sobrepõem-se aos coletivos. A máxima do trabalho em cooperativas vale para qualquer ambiente em que as pessoas trabalhem juntas: todos ganham quando o desempenho de alguém puxa o resultado final para cima. Trabalhar é um exercício focado em aprender, ensinar e produzir”.

*Pedro de Souza Rezende*

**Complexo de superman** – “Em chinês, crise e oportunidade querem dizer a mesma coisa. O momento dos problemas é o melhor para dar a volta por cima, ajustar o foco. Serve também para trazer você de volta à realidade. Afinal de contas, ninguém é super-homem”.

*Severino Felix da Silva*

**Confiança é tudo** – “Como definir uma boa empresa para trabalhar? É um lugar onde você tem orgulho do que faz, confia nas pessoas para quem trabalha e com quem trabalha. Empresas só constroem isso com líderes que tenham respeito pelos colaboradores e imparcialidade nas decisões”.

*José Tolovi Jr.*

Organizadora **Vera Lúcia Costa Rabelo Mendes**  
Servidora da Direção

# Um ano de berçário

Aconteceu, no dia 10 de outubro, no hall do Plenário do Tribunal, uma grande festa em comemoração do primeiro ano de funcionamento do Berçário. Na solenidade estava o Presidente Catão Alves, que na ocasião enfatizou a importância do local, dizendo “O Berçário tenta minimizar a separação de mãe e filho. Quando o servidor trabalha sem preocupação, ele rende mais”. Outros que compareceram à festa para dar os parabéns foram o Diretor-Geral Alcides Diniz e o Secretário-Geral Mário Santana.

O Berçário abriga 12 crianças, que podem passar o dia nele, pois funciona de segunda a sexta, das 8 às 19 horas. E são aceitas crianças de até um ano de idade. Para Gisele Melo, servidora e mãe de Felipe Melo, de oito meses, o berçário do Tribunal é ótimo, “De todas as creches que conheço essa é a melhor; tem menos crianças e é mais humana” afirma. Tânia Simões, servidora, só lamenta o limite de ida-



Presidente Catão Alves (centro), dirigentes, servidores e seus filhos comemoram juntos o 1º ano do Berçário

de, pois seu filho Luís Eduardo tem 10 meses. “É uma pena que ele não vai poder ficar, tenho muita confiança, e as monitoras que cuidam das crianças são muito cuidadosas”, disse.

No Berçário há uma monitora para cada três crianças, como Maria Eliana Magalhães, que trabalha nele desde que foi inaugurado. “Foi um desafio, e está sendo gratificante, pois temos que fazer com que as mães dessas crianças adquiram total confiança em nós”, disse orgulhosa de participar

desse projeto.

Na ocasião, depois que cantaram os parabéns, a artista plástica Dalva Sobral, que teve sua exposição “Momento Criança” aberta até o dia da festa, doou dois quadros, que foram entregues à coordenadora do Berçário, Roberta Mendes, e à diretora da Secbe, Sônia Teixeira, que disse: “É uma felicidade ter conseguido fazer um ano. Graças ao apoio e empenho de todos os envolvidos no projeto é que o Berçário está sendo possível”.



Acima, a servidora Gisele Melo e a nutricionista do Berçário, Cristine Frauzino, prestigiam o evento com os filhos. Ao lado, Tânia Julião e o filho Luís Eduardo em momento comemorativo





## O Amor e a Labuta

Certo tipo de trabalho pode parecer cansativo e enfadonho, porém, feito com a alma, o fardo levita e acaba conduzindo o ser a uma satisfação plena. Quão importantes podem ser as palavras, assim como expressar-se pelas imagens que aqui, infelizmente, transmitem sofrimento, dor, fome, miséria. Os Juizes Federais estão descobrindo um Brasil que deixa de ser teórico para ser real. Descortinando um país verdejante, algumas vezes opaco, para embrenharem na selva e acharem seres humanos à margem da sociedade. Dar a eles o que lhes foi negado: confiança e acesso à Justiça. Resgatar-lhes a fé na vida e nas instituições.

Maria de Lourdes, uma pessoa sofrida do sertão de São Raimundo Nonato, confins do Piauí, disse que o mais importante na vida dela era Deus; depois, o juiz que veio para resolver seu problema. Fez questão de afirmar sua fé e considera o juiz um enviado dos céus para trazer-lhe esperança de um dia melhor e, no mínimo, comida para se alimentar, alimentar seu marido desempregado e suas duas filhas doentes.

O Juizado Especial Itinerante significa, certamente, levar cidadania aos menos favorecidos, aos que estão literalmente à margem da sociedade nacional e que nunca foram beneficiados pelas instituições do Direito.

**Carlos Rodrigues**  
Servidor do TRF-1ª Região

# Criançada faz a festa no Centrejufe

Houve quem procurasse defeitos, mas foi difícil encontrá-los. A festa do Dia das Crianças no Centrejufe, realizada pela Associação dos Servidores da Justiça Federal – Assejufe –, seguiu a tradição dos anos anteriores e foi um verdadeiro sucesso. Pela ampla área verde do clube, mais de 500 crianças saltitantes e felizes divertiam-se subindo e descendo pelos mais de nove brinquedos infláveis e no touro-mecânico distribuídos pelo local.

Barraquinhas de churros, crepe, cachorro-quente, hambúrguer, pipoca, algodão-doce e refrigerantes serviram a criançada durante todo o dia, de maneira ordeira e sem o estresse habitual de festas infantis.

A animação da festa ficou por conta do grupo Ciranda. Personagens infantis caracterizados circulavam por todo o clube encantando os pequeninos e realizando as mais diversas fantasias infantis.

De acordo com a Diretora Social do Centrejufe, Maristela Resende, mesmo sabendo que os associados já contam com a festa e a incluem em sua agenda de compromissos, a ideia é melhorá-la a cada ano. “Fizemos uma avaliação da festa passada e montamos a programação com algumas novidades”, explica.

Entre as novidades citadas estão a colocação de toboáguas nas duas piscinas, alpinismo para as crianças aventureiras, trem elétrico para as crianças menores, autorama para os aficionados por corrida, uma brinquedoteca para relaxar e um quiosque para adultos, com venda de churrasco e cerveja.

O servidor Júlio César Pires, da Secretaria de Informática, estava entusiasmado com a festa. “É a primeira vez que participo e estou achando tudo ótimo, sem atropelos, bem organizada, com uma excelente estrutura”, declarou, apressado pela filha Júlia, de dois anos, que não queria perder tempo longe dos brinquedos.



As crianças ficaram encantadas com a variedade de atrações na tarde comemorativa

## Novas Churrasqueiras no Centrejufe

Foi com um almoço oferecido aos associados que se comemorou a inauguração das novas instalações do complexo de churrasqueiras do Centro de Treinamento da Justiça Federal (Centrejufe). Duas churrasqueiras foram inauguradas; e outras três, ampliadas.

A Associação dos Servidores da Justiça Federal (Assejufe) informou que os procedimentos para aluguel das unidades pelos servidores continuam os mesmos, ou seja, o usuário deverá pegar os convites na Associação e fazer a reserva com antecedência, mediante cheque caução no valor de R\$ 200,00.



Acima, servidores e filhos se divertem na inauguração. Ao lado, Flávio Pereira, Diretor Jurídico da Assejufe, e convidados



## Exposição “Vivências”

Foi realizada, no Espaço Cultural do TRF-1ª Região, no dia 13 de outubro, a exposição da artista plástica Lena Lessa chamada “Vivências”, que ficou aberta à visitação até o dia 24 do mesmo mês.

Na solenidade estiveram o Presidente Catão Alves; o Secretário-Geral Mário Santana; a Embaixatriz da China, Yang Limian; os embaixadores Diego Espinosa e Sra., do Equador, Robert Hans Meys, do Reino dos Países Baixos, Juan José Real, da República Oriental do Uruguai; a Ministra da Embaixada do Equador, Lourdes Puma; e a Primeira Secretária da Polônia, Dorota Ostrowska-Cobas. Do Itamaraty estavam os embaixadores Adolf Westphalen e Sra., Sérgio Arruda e Sra., a Embaixatriz Magali Valadares e os ministros Carlos Henrique Cardim, Fernando Serra, Josal Luiz Pellegrine – acompanhados de suas esposas – Ligia Maria Scherer, Marcos Vinícius Pin-



Embaixatriz e embaixador do Uruguai, Juan José Real, Lena Lessa e o Presidente do Tribunal

ta Gama – também na companhia da esposa – e Oswaldo Portella.

Lena Lessa fez sua primeira mostra na Alemanha, chamada “O Cidadão Expõe”, e outras duas no Brasil.

Na exposição, a artista mostrou em seus quadros paisagens de lugares que visitou e onde morou. A expositora, que viveu na Alemanha, Holanda, China e Costa Rica e visitou a Itália e a Tailândia, costumava fotografar as paisagens desses países e depois transpassá-las para os quadros.

Entre as obras expostas, algumas retratam imagens do Brasil – cidades brasileiras como Sergipe, onde nasceu, Bahia, Brasília, onde está morando pela terceira vez, e outras.

Ex-servidora do TRF, Lena Lessa voltou ao Tribunal, dessa vez, para mostrar suas obras tanto para quem trabalha na Casa quanto para qualquer outro que quisesse conferir uma exposição com belos quadros.

## “A arte preservando a natureza”

O Espaço Cultural do TRF-1ª Região promoveu, até o dia 03 de outubro, a exposição “A arte preservando a natureza”, da artista plástica Marli Araújo. A pintora, que também é advogada, afirma ser uma profissional do Direito e pintora por vocação e diz que pintar é simplesmente a realização de um sonho.

Marli Araújo foi influenciada pelos bordados de sua mãe. Seu marido e filha foram grandes incentivadores de sua obra, por isso afirma que deve a eles seu gosto pela arte.

Autodidata, utiliza a técnica de óleo sobre tela e tecido em seus trabalhos. A pintora tem por influência artística Chico Anísio, Tércio, Portinari, Johannes Werner, Frans Post e Alberto Eckhout, que retratou o povo, a fauna e a flora brasileiros na expedição de Maurício de Nassal (1630), sendo a obra deste pintor uma de suas grandes paixões.

A exposição da pintora Marli Araújo, que tem como foco principal a preservação da natureza, ficou aberta ao público das 8 às 19 horas, até o dia 03 de outubro.



Otto Modesto, Assessor do Desembargador Federal Olindo Menezes, Marli Araújo e o Secretário-Geral Mário Santana

## Comemoração do dia das crianças no TRF



“Família Urso” é um dos quadros de que Dalva Sobral mais gosta

As artistas plásticas Dalva Sobral e Denise Silva apresentaram, de 06 a 10 de outubro, no Espaço Cultural do TRF-1ª Região, a exposição “Momento Criança”.

Dalva Sobral é servidora do próprio TRF e já apresentou alguns de seus outros trabalhos artesanais em exposições no Tribunal. Ela é uma artista apaixonada pelas cores e diz que se sente realizada quando pinta quadros.

A servidora do Tribunal expôs junto com sua sobrinha, Denise Silva, 14 anos. Dalva afirma que, apesar da pouca idade, a sobrinha possui talento para as artes e já desenvolveu grandes habilidades.

As telas foram feitas especialmente para a ocasião e para homenagear as crianças. Os quadros são bem coloridos e divertidos, e as técnicas utilizadas são óleo sobre tela, montagens com material em EVA e muitos outros.

# Turma de Uniformização dos JEFs completa um ano de existência

A solenidade comemorativa do 1º aniversário de funcionamento da Turma Nacional de Uniformização da Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais teve início às 8h30min do último dia 30/09. O evento foi organizado pelo Ministro Ari Pargendler, Coordenador-Geral da Justiça Federal.

A Desembargadora Federal Selene Maria de Almeida participou do evento como representante dos Coordenadores Regionais dos Juizados. Na oportunidade, fez um pequeno discurso apresentando a avaliação do impacto dos Juizados Especiais Federais em seus dois anos de existência e apontando alguns desafios a serem enfrentados no futuro. Ao mostrar fotos dos Juizados Itinerantes realizados no

Jalapão, em Tocantins, e uma reportagem de TV sobre os Juizados, em São Raimundo Nonato, a Desembargadora conseguiu retratar, em poucos minutos, a dura realidade dos cidadãos brasileiros que só agora estão tendo acesso à Justiça, por meio do Juizado Federal Itinerante da 1ª Região.

A Turma foi criada para harmonizar as decisões da Justiça Federal advindas das cinco regiões, nos casos em que divergirem ou estiverem em desacordo com súmula ou jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.



Segundo informações do CJF, em um ano de funcionamento, sete súmulas já foram editadas pela Turma de Uniformização. Dos feitos recebidos pela Turma, 80% foram julgados dentro do prazo máximo de 20 dias. Em nove sessões de julgamento, 497 processos foram distribuídos para apreciação dos juízes relatores, 441 feitos foram julgados e 89 estão em tramitação.

## Última simulação

### Aprovação da súmula n. 10

10

A Turma Nacional de Uniformização dos JEFs, presidida pelo Corregedor-Geral da Justiça Federal, Ministro Ari Pargendler, e composta por juízes das Turmas Recursais dos Juizados, decidiu, em sessão realizada no último dia 30 de setembro, que pessoas expostas a ruídos, mesmo utilizando Equipamento de Proteção Individual (EPI), fazem jus à concessão de aposentadoria especial ou conversão de tempo de serviço especial prestado. Esta decisão consta na súmula nº 10.

### Cancelamento da súmula n. 3

A Turma Nacional de Uniformização da Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, em sessão de julgamento realizada em 03 de outubro, decidiu cancelar a súmula n. 3, que reconhecia o direito ao reajuste dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), em junho de 1997, 1999, 2000 e 2001.

Devido à decisão do STF, a Turma entendeu que a súmula n. 3 deveria ser cancelada. Para dar novo entendimento à matéria, aprovou a proposta de súmula nº 8, de acordo com a qual os benefícios de prestação continuada não serão corrigidos pelo IGP-DI.

3



## Dica da Secre

# Avaliação de Desempenho, uma aliada

Em virtude da implantação do Processo de Gestão de Desempenho – Proged, a Divisão de Desenvolvimento e Avaliação de Recursos Humanos Direh/Secre vem lembrar fatores importantes sobre a Avaliação de Desempenho expostos no treinamento realizado pela Divisão nos meses de março e maio do ano em curso, no Auditório do Edifício Anexo I.

*Avaliação ou administração de desempenho é um método que visa, continuamente, estabelecer um contrato com os funcionários referente aos resultados desejados pela organização, acompanhar os desafios propostos, corrigindo os rumos, quando necessário, e avaliar os resultados conseguidos.* (Benedito Rodrigues Pontes, 1999).

Para que a avaliação de desempenho obtenha êxito, é necessário que seja realizada de forma justa e correta, obedecendo às normas do sistema na qual está inserida – Suades ou Proged –, para que todos os pontos fortes e fracos do servidor sejam devidamente identificados. Para tanto, é importante que o avaliador e o avaliado cumpram seu papel da melhor maneira possível, inclusive apresentando críticas e sugestões, com vistas ao aperfeiçoamento do próprio sistema de avaliação.

É imprescindível que os avaliados conheçam as metas e os objetivos da sua

unidade, as atribuições do próprio cargo ou função, as expectativas da chefia imediata em relação ao seu desempenho e os critérios adotados para a avaliação. Além disso, é fundamental que os avaliadores evitem considerações pessoais ao procederem a avaliação, de modo que as simpatias e antipatias, inerentes às relações interpessoais, não interfiram no processo.

Durante o processo, o avaliador deve realizar as entrevistas de acompanhamento a fim de verificar o desempenho do servidor. Se existirem discrepâncias em relação ao desempenho esperado, o papel de quem avalia é aconselhar, orientar ou reformular o planejamento do trabalho, com vistas à obtenção dos resultados esperados. Caso o desempenho tenha sido adequado, deve-se reforçar positivamente o servidor para que este continue com o mesmo desempenho. Portanto, a entrevista de acompanhamento, do ponto de vista do avaliador, deve ser uma atividade de acompanhamento, e não um processo de julgamento.

Por sua vez, o servidor deve ter a predisposição em mudar seu desempenho quando os fatos demonstrarem que não está adequado. Tanto o avaliador quanto o avaliado, durante todo o processo, devem ter comportamentos destinados a superar obstáculos, para que os objetivos sejam atingidos.

A avaliação de desempenho é uma tarefa difícil, principalmente porque se torna necessário dar e receber *feedback* com relação a comportamentos adequados e inadequados. Contudo, essa análise é primordial, pois promove o desenvolvimento do servidor, da unidade e do Tribunal como um todo.

É comum aparecerem algumas dificuldades no decorrer do processo. Os avaliadores geralmente ficam pouco à vontade ao discutir as ineficiências de desempenho com os avaliados, receiam feri-los e temem uma confrontação ao apresentarem *feedback* negativo. Além disso, os avaliados tendem a ficar na defensiva quando suas ineficiências são apontadas.

Deve-se levar em conta que o ato final em avaliar tenha como meta o alcance dos objetivos acordados, além de realizar análise dos problemas enfrentados pelo servidor, do contexto geral da unidade e da sucessão de fatos que contribuíram para o alcance dos objetivos ou que dificultaram sua plena realização.

### Maria de Jesus Mendes Frazão

Psicóloga, encarregada do Setor de Avaliação de Desempenho Funcional – SETDAF/Direh

### Livia Nogueira Miranda

Estagiária de Psicologia da SETDAF/Direh

## Cursos

Conhecimento é o caminho para soluções mais adequadas, por isso não percamos a oportunidade de potencializar nossas ações:

Anankê Eventos Ltda promoverá, nos dias 19 a 21 de novembro, o curso “Perícia Médica – Serviço Público Federal – uma abordagem para além do exame médico-pericial”, direcionado a profissionais que atuam na área de Recursos Humanos dos órgãos públicos. Com vistas a capacitar servidores que trabalham em programas de qualidade de vida na Administração Pública, o curso constará de quatro itens programáticos: “Papel do Serviço Médico na área de Recursos Humanos nos Serviços Públicos Federais, Estaduais e Municipais”; “Perícia Médica de Servidores Públicos Federais”; “Saúde Ocupacional de Servidores Públicos Federais” e “Promoção de Saúde e Qualidade de Vida nos órgãos da Administração Pública”.

Maiores informações, pelo telefone (61) 245-1230 / 346-0565 / 9316578 ou e-mail [neryrepresentacoes@brturbo.com](mailto:neryrepresentacoes@brturbo.com).

Com o objetivo de esclarecer aos servidores públicos as mais recentes alterações provocadas por emendas à Constituição, reforma da Previdência, medidas provisórias e legislação ordinária relativas aos cálculos, concessões e atualizações de aposentadorias e pensões, o advogado e professor Paulo de Matos Ferreira Diniz ministrará curso neste sentido. Autor do livro “Reforma da Previdência na Vida do Servidor Público Civil da União”, o professor o utilizará como material didático. O curso se realizará de 10 a 12 de dezembro, no Cetretec, com apoio da Editora Brasília Jurídica. Maiores informações: (61) 245-1230, 346-0565, 931-6578 ou pelo e-mail [neryrepresentacoes@brturbo.com](mailto:neryrepresentacoes@brturbo.com) ou [lilianenery@ibest.com.br](mailto:lilianenery@ibest.com.br).

A Faculdade de Direito da Universidade de Brasília oferece 15 vagas para 2004 no Curso de Mestrado em Direito na área de especialização “Direito, Estado e Constituição”. As inscrições encontram-se abertas até o dia 21 de novembro, na própria secretaria da Universidade. No ato de inscrição serão exigidos o Diploma de Bacharel em Direito, histórico escolar de graduação em Direito, *curriculum vitae*, carteira de identidade, 3 fotos 3x4, prova de cumprimento das obrigações eleitorais e militares, projeto de dissertação em 3 vias, até 2 trabalhos científicos inscritos e o comprovante de pagamento da taxa de inscrição. Maiores detalhes, pelos telefones (61) 307-2347 ou 307-2349; e-mail: [fdir@unb.br](mailto:fdir@unb.br).

# Secretaria de Programas e Benefícios Sociais–SECBE

## Quadro I

### Aplicação dos Recursos do Pro-Social por Benefício (Dados até 31/09/03)

R\$ 1,00

Benefícios	Valor		
	União	Recursos Próprios	Total
<b>I - Despesas Área Social</b>			
1 - Auxílio Alimentação	19.607.399,00		19.607.399,00
2 - Creche	2.601.837,00		2.601.837,00
3 - Auxílio Transporte	623.188,00		623.188,00
4 - Material Escolar		237.360,00	237.360,00
5 - Programa Qualidade de Vida		93.741,43	93.741,43
<b>Subtotal I</b>	<b>22.832.424,00</b>	<b>331.101,43</b>	<b>23.163.525,43</b>
<b>II - Despesas Médicas</b>			
1 - Consultas	1.147.527,78	861.273,17	2.008.800,95
2 - Exames Laboratoriais	745.939,22	559.862,21	1.305.801,43
3 - Exames Radiológicos	676.699,81	507.894,80	1.184.594,61
4 - Internações	2.908.055,12	2.182.631,13	5.090.686,25
5 - Psicologia	380.355,15	285.474,29	665.829,44
6 - TFD	-	129.931,28	129.931,28
7 - Outras	1.577.734,29	1.184.164,00	2.761.898,29
<b>Subtotal II</b>	<b>7.436.311,37</b>	<b>5.711.230,88</b>	<b>13.147.542,25</b>
<b>III - Despesas Odontológicas</b>			
1 - Dentisteria	479.136,70	359.614,46	838.751,16
2 - Prótese Dentária	658.235,97	494.036,82	1.152.272,79
3 - Periodontia	127.400,51	95.620,03	223.020,54
4 - Radiologia	128.323,70	96.312,93	224.636,63
5 - Endodontia	81.240,90	60.975,09	142.215,99
6 - Outras	321.270,85	241.128,78	562.399,63
<b>Subtotal III</b>	<b>1.795.608,63</b>	<b>1.347.688,11</b>	<b>3.143.296,74</b>
<b>IV - Despesas Área Administrativa</b>			
1 - Fenaserjus	-	1.619.458,05	1.619.458,05
2 - Seguro de Vida	-	269.917,64	269.917,64
3 - Passagens e Hospedagem	-	47.949,13	47.949,13
4 - Outras	-	135.880,04	135.880,04
<b>Subtotal IV</b>	<b>-</b>	<b>2.073.204,86</b>	<b>2.073.204,86</b>
<b>Total Geral</b>	<b>32.064.344,00</b>	<b>9.463.225,28</b>	<b>41.527.569,28</b>

Fonte: Divaf e Sepla

obs:

**Outras médicas:** fisioterapia, fonoaudiologia, pequeno ato médico e cirurgico, nefrologia, diagnóstico e terapia, endoscopia, quimioterapia, medicina nuclear, alergologia, psiquiatria, acupuntura.

**Outras odontológicas:** consulta, odontopediatria, radiologia, cirurgia, endodontia, prevenção.

**Outras administrativas:** medicamentos e materiais médicos, materiais odontológicos, carteiras Aliança Unimed, manutenção de convênios, material de expediente, Inss autônomos.

## Demonstrativo de receitas e despesas (2003)

R\$1,00

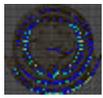
MÊS	UNIÃO				RECURSOS PRÓPRIOS							DESPESAS	SALDO
	SALDO ANTERIOR	RECEITAS	DESPESAS	SALDO	SALDO ANTERIOR	RECEITAS				TOTAL			
						CONTRIBUIÇÃO	PARTICIPAÇÃO	RENDIMENTOS	OUTRAS				
Saldo Dez/02		418.052,00		418.052,00						5.987.133,79		5.987.133,79	
jan/03	418.052,00	11.325.600,00	435.281,00	11.308.371,00	5.987.133,79	945.570,39	62.738,09	92.071,35	29.295,95	1.129.675,78	1.115.653,40	6.001.156,17	
fev/03	11.308.371,00		916.321,00	10.392.050,00	6.001.156,17	1.041.386,35	53.739,23	100.203,05	25.471,83	1.220.800,46	922.022,41	6.299.934,22	
mar/03	10.392.050,00		930.141,00	9.461.909,00	6.299.934,22	988.767,58	53.609,23	98.796,33	35.918,48	1.177.091,62	1.209.018,44	6.268.007,40	
abr/03	9.461.909,00		994.827,00	8.467.082,00	6.268.007,40	998.393,81	50.325,51	101.840,43	29.958,90	1.180.518,65	1.275.951,77	6.172.574,28	
mai/03	8.467.082,00		1.198.247,00	7.268.835,00	6.172.574,28	999.255,53	52.816,91	123.496,13	27.135,98	1.202.704,55	1.077.548,01	6.297.730,82	
jun/03	7.268.835,00		1.083.729,00	6.185.106,00	6.297.730,82	1.212.557,96	46.568,63	112.326,06	29.369,26	1.400.821,91	810.604,70	6.887.948,03	
jul/03	6.185.106,00		1.405.810,00	4.779.296,00	6.887.948,03	1.373.509,58	44.485,89	126.513,22	34.411,29	1.578.919,98	885.029,64	7.581.838,37	
ago/03	4.779.296,00		1.089.702,00	3.689.594,00	7.581.838,37	1.315.646,58	44.234,09	19.848,15	59.616,74	1.439.345,56	883.505,61	8.137.678,32	
set/03	3.689.594,00		1.177.866,00	2.511.728,00	8.137.678,32	1.306.655,81	43.723,11	120.227,75	26.747,42	1.497.354,09	1.283.891,31	8.351.141,10	
out/03													
nov/03													
dez/03													
<b>TOTAL 2003</b>		<b>11.743.652,00</b>	<b>9.231.924,00</b>	<b>2.511.728,00</b>		<b>10.181.743,59</b>	<b>452.240,69</b>	<b>895.322,47</b>	<b>297.925,85</b>	<b>17.814.366,39</b>	<b>9.463.225,29</b>	<b>8.351.141,10</b>	

FONTE: Recursos União - SEPLA; Recursos Próprios - DIVAF.

Obs 1: O "Saldo de Dez/02" corresponde ao saldo em 31/12.

Obs 2: Recursos Próprios: "Rendimentos" = Aplicações em CDB e Fundos; Outras = Seguro de Vida, Devolução de DOC's, Patrocínios, etc...

Obs 3: As despesas da União não incluem o Auxílio Alimentação, Creche e Auxílio Transporte.



**Estatística da Assessoria de Recursos Especiais e Extraordinários da Presidência**

ASSESSORIA DE RECURSOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS DA PRESIDÊNCIA	
Recurso Extraordinário Admitido	155
Recurso Especial Admitido	472
Recurso Extraordinário Não Admitido	168
Recurso Especial Não Admitido	420
Despachos Diversos	447
Despacho em Plantão	1
Suspensão de Segurança Deferida	9
Suspensão de Segurança Indeferida	2
Decisão Diversa em Suspensão de Segurança	2
Despacho Diverso em Suspensão de Segurança	10
<b>TOTAL</b>	<b>1.686</b>

VICE-PRESIDÊNCIA — SETEMBRO 2003 —	
Recurso Extraordinário Admitido	116
Recurso Extraordinário Não Admitido	54
Recurso Especial Admitido	189
Recurso Especial Não Admitido	184
<b>TOTAL</b>	<b>543</b>

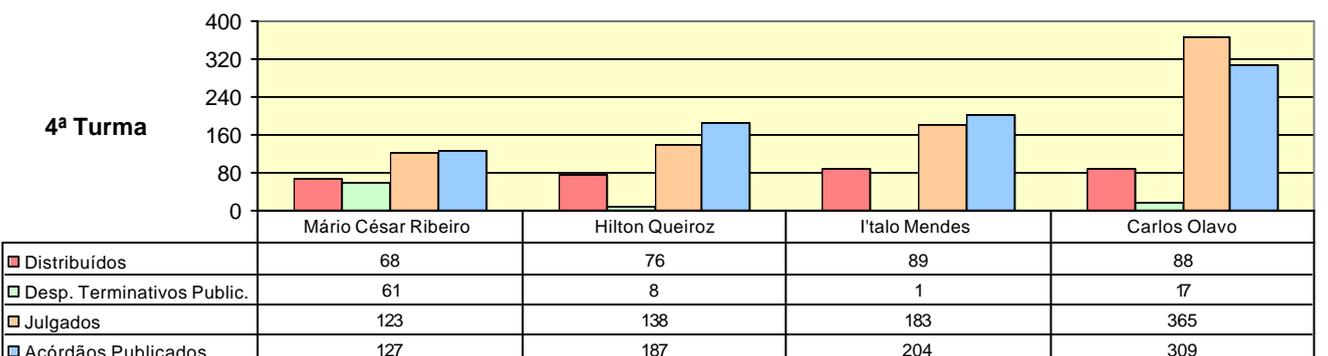
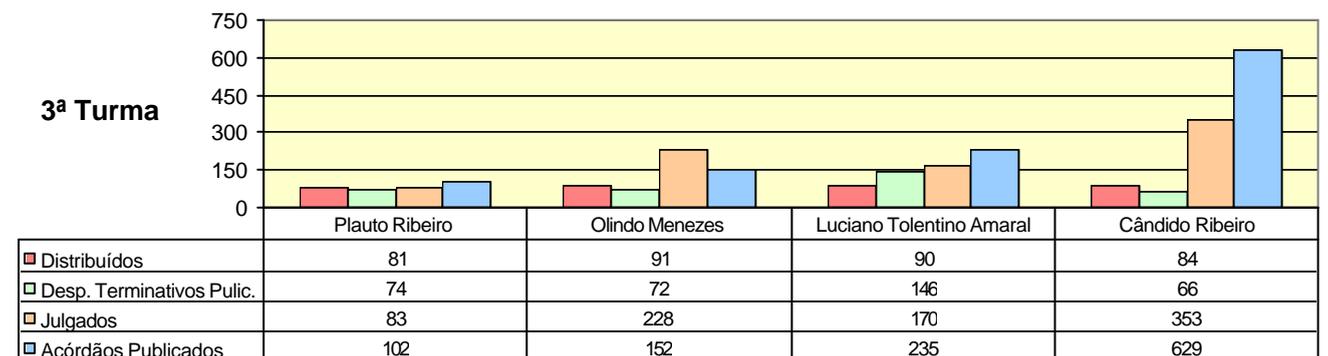
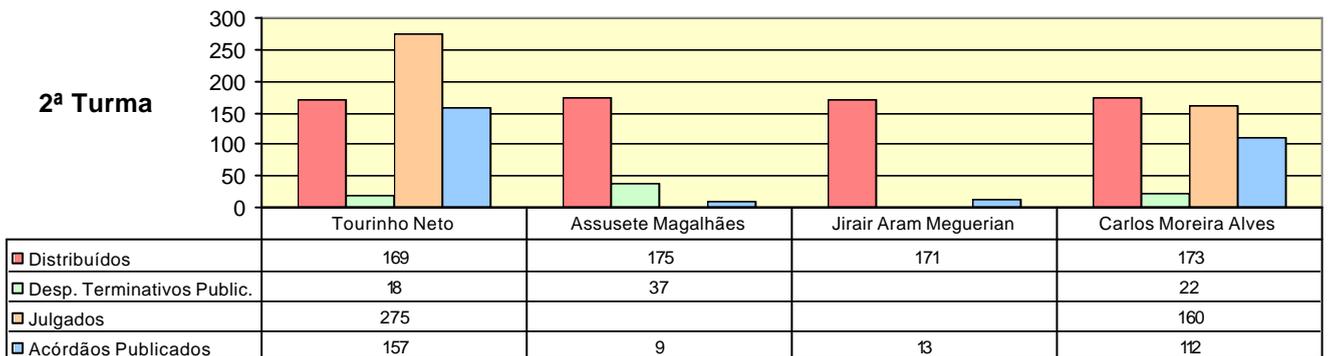
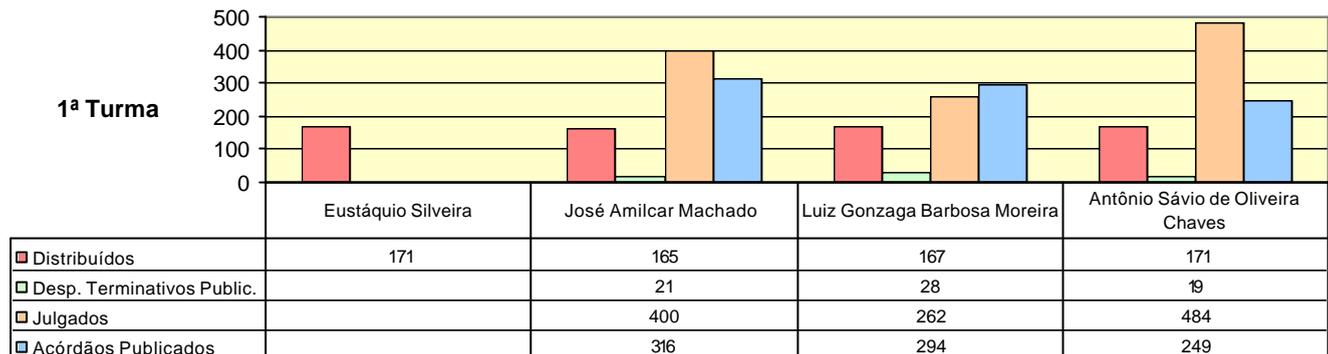
\* Dados Juris

**Estatísticas elaboradas pela Divisão de Estatística-Diest, a partir de dados enviados pelas Secretarias das Turmas, Asesp, Segep e Secju (Sucse, Surec, Subej e Surip).**

**Dúvidas, sugestões e reclamações, ligar para Diest - ramal 278.**

\* Dados fornecidos pela Asret

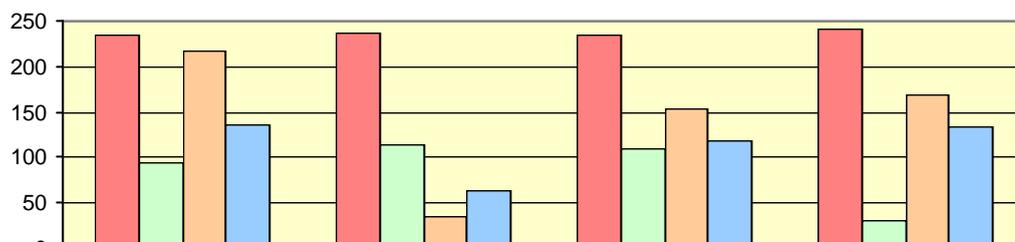
**DADOS ESTATÍSTICOS DAS TURMAS - SETEMBRO/ 2003**



Dados enviados pelas Secretarias das Turmas

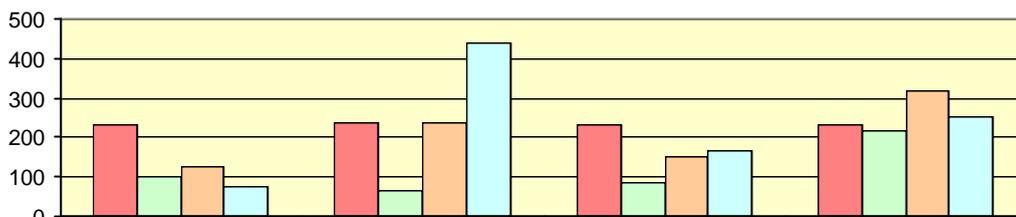
\* Desembargadores Federais Presidentes das Seções não participam das sessões na condição de relator, revisor ou vogal.

### 5ª Turma



	Antônio Ezequiel	João Batista Moreira	Selene de Almeida	Fagundes de Deus
Distribuídos	235	236	234	241
Desp. Terminativos Public.	94	115	110	31
Julgados	217	36	153	169
Acórdãos Publicados	135	63	119	134

### 6ª Turma

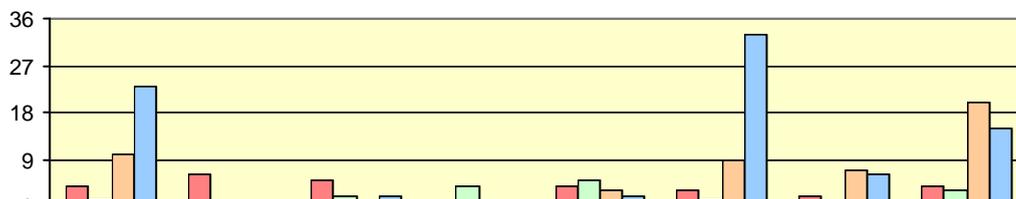


	Daniel Paes Ribeiro	Souza Prudente	Maria Isabel Gallotti Rodrigues	Maria do Carmo Cardoso
Distribuídos	232	238	234	234
Desp. Terminativos Public.	102	65	87	217
Julgados	125	239	153	319
Acórdãos Publicados	76	438	169	252

## DADOS ESTATÍSTICOS DAS SEÇÕES - SETEMBRO/ 2003

### 1ª Seção

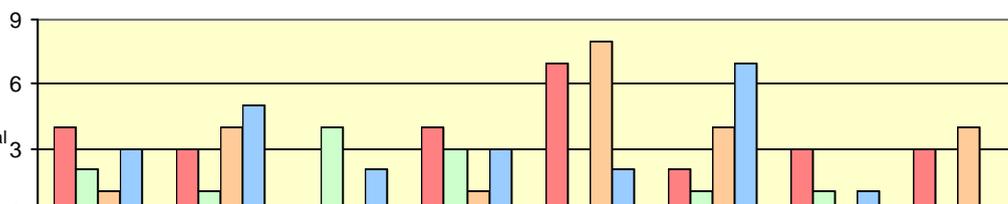
Desembargador Federal  
Presidente: Jirair Aram  
Meguerian



	Tourinho Neto	Eustáquio Silveira	Assusete Magalhães	Jirair Aram Meguerian	Carlos Moreira Alves	José Amílcar Machado	Luiz Gonzaga Barbosa Moreira	Antônio Sávio de Oliveira Chaves
Distribuídos	4	6	5		4	3	2	4
Desp. Terminativos Public.	1		2	4	5	1		3
Julgados	10				3	9	7	20
Acórdãos Publicados	23		2		2	33	6	15

### 2ª Seção

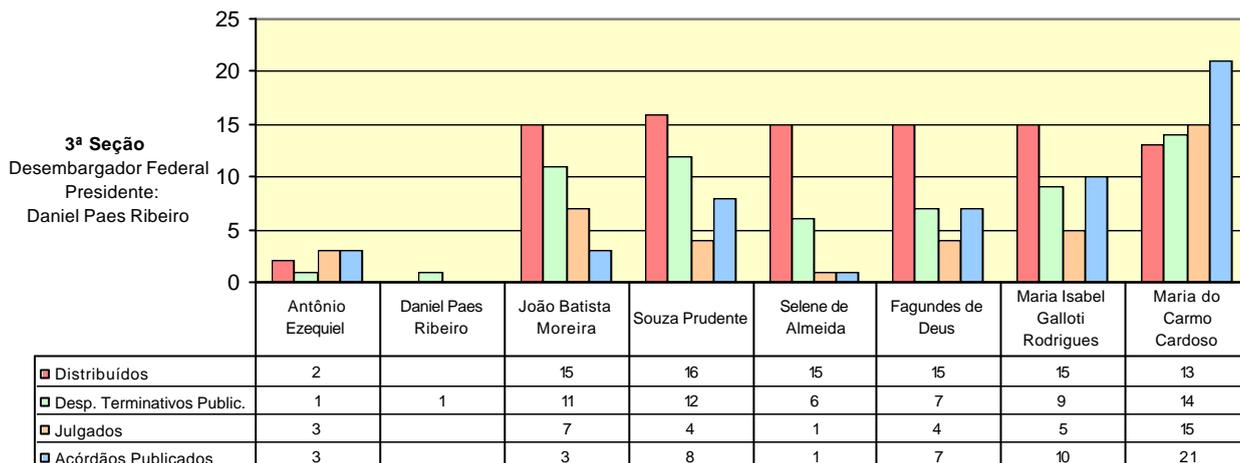
Desembargador Federal  
Presidente:  
Mário César Ribeiro



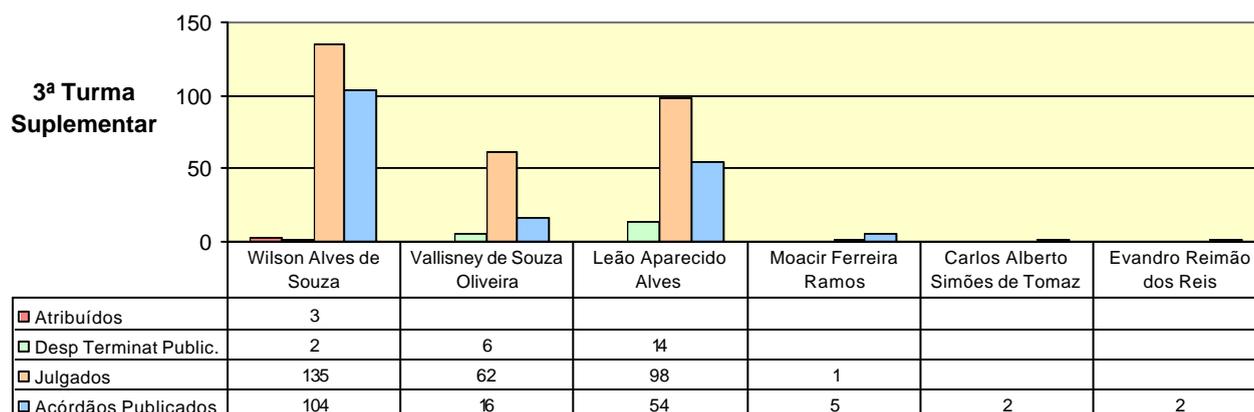
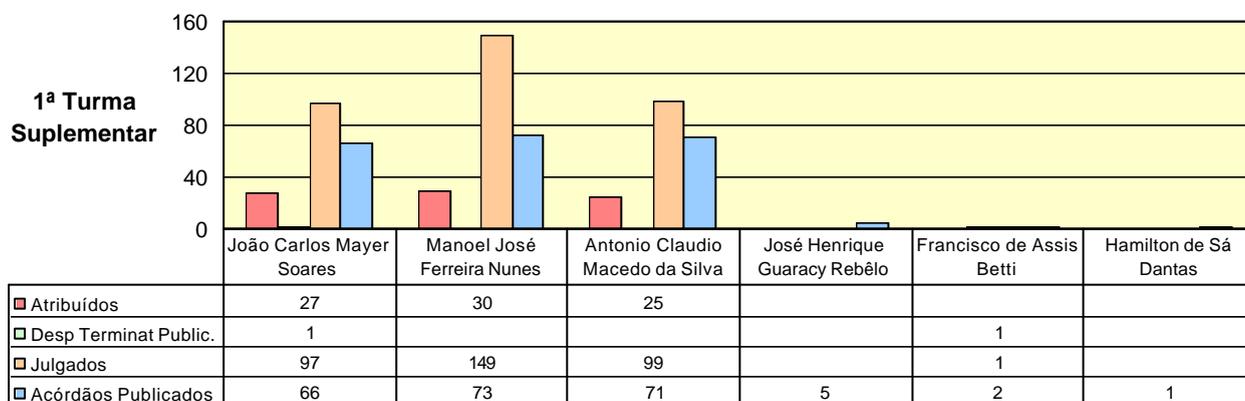
	Plauto Ribeiro	Olindo Menezes	Mário César Ribeiro	Luciano Tolentino Amaral	Cândido Ribeiro	Hilton Queiroz	Italo Mendes	Carlos Olavo
Distribuídos	4	3		4	7	2	3	3
Desp. Terminativos Public.	2	1	4	3		1	1	
Julgados	1	4		1	8	4		4
Acórdãos Publicados	3	5	2	3	2	7	1	

Dados enviados pela Subsecretaria da Corte Especial e das Seções - Stcse

\* Desembargadores Federais Presidentes das Seções não participam das sessões na condição de relator, revisor ou vogal.



**DADOS ESTATÍSTICOS DAS TURMAS SUPLEMENTARES - SETEMBRO/ 2003**



Dados enviados pela Central Executiva de Apoio Processual - Cenex

**ESTATÍSTICA DOS JUÍZES FEDERAIS CONVOCADOS - SETEMBRO/ 2003**

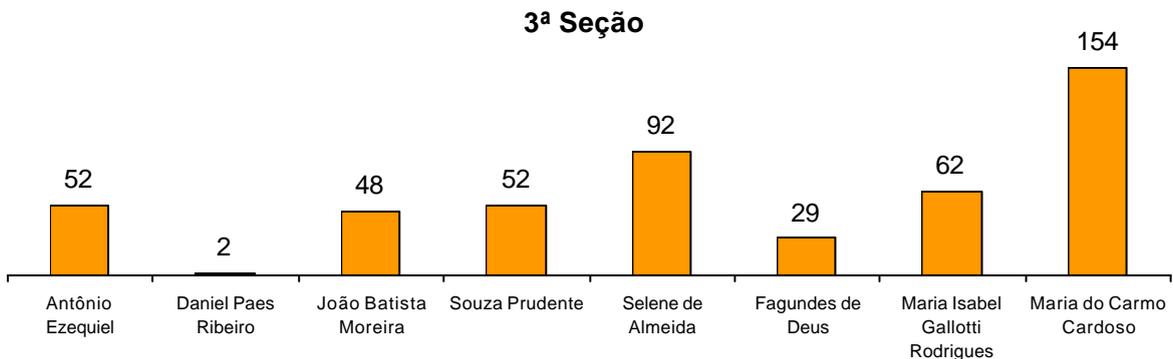
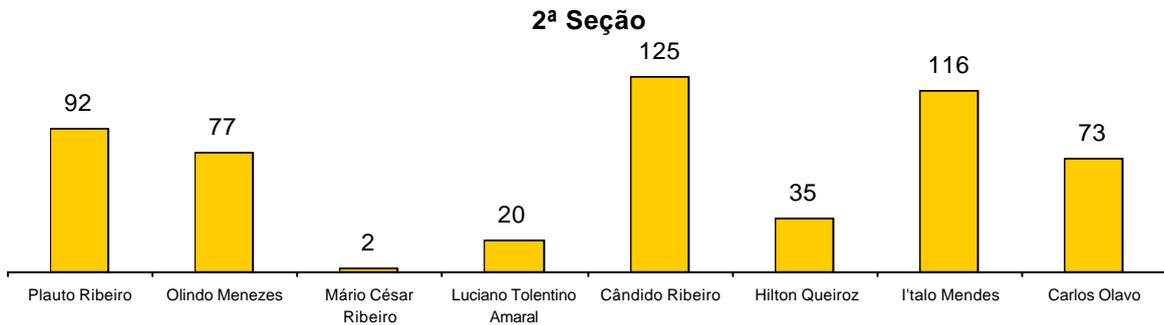
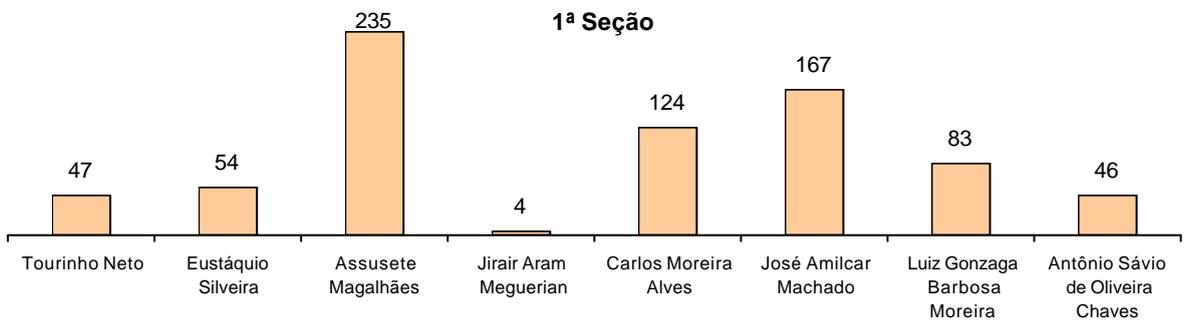
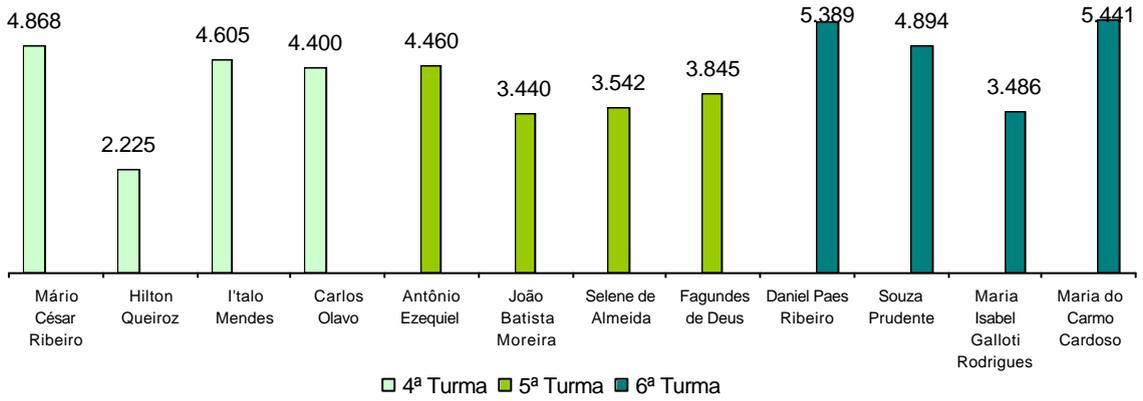
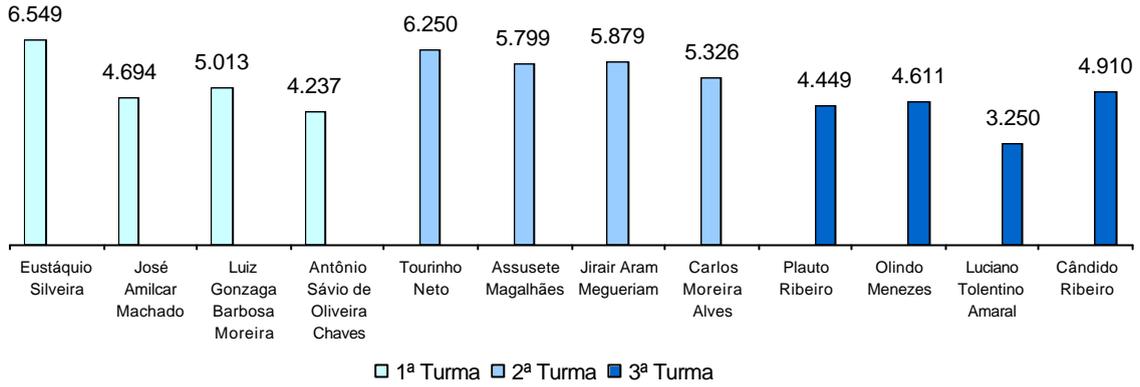
ESTATÍSTICA DOS JUÍZES CONVOCADOS - SETEMBRO/2003	Orgão Julgador	Despachos Terminativos Publicados	Julgados	Acórdãos Publicados
CANDIDO MORAES PINTO FILHO	1ª Seção		1	
DANIELE MARANHÃO COSTA CALIXTO	2ª Turma	7	169	264
	3ª Seção		1	
FRANCISCO NEVES DA CUNHA	2ª Turma			1
	6ª Turma			1
IRAN VELASCO NASCIMENTO	1ª Seção	2	6	6
	1ª Turma	33	187	163
JAMIL ROSA DE JESUS	3ª Seção	1		
	5ª Turma	4	87	2
LEÃO APARECIDO ALVES	3ª Seção		2	
	5ª Turma			2
MARIA DE FATIMA DE PAULA PESSOA COSTA	4ª Turma		1	
NEUZA MARIA ALVES DA SILVA	4ª Turma			4
REYNALDO SOARES DA FONSECA	3ª Seção		1	4
	5ª Turma		1	2
URBANO LEAL BERQUÓ NETO	5ª Turma			9
VERA CARLA CRUZ	4ª Turma		1	
WILSON ALVES DE SOUZA	3ª Turma		1	

**DESEMBARGADORES FEDERAIS QUE ATUARAM EM OUTRAS TURMAS E SEÇÕES - SETEMBRO/ 2003**

DESEMBARGADORES FEDERAIS - SETEMBRO 2003	Orgão Julgador	Despachos Terminativos Publicados	Julgados	Acórdãos Publicados
ALOÍSIO PALMEIRA LIMA	1ª Seção			1
	1ª Turma			2
CARLOS FERNANDO MATHIAS	1ª Seção	8		
	2ª Turma			2
	2ª Seção	3		
	3ª Seção	7		
CARLOS OLAVO	1ª Turma			4
HILTON QUEIROZ	3ª Turma			1
I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES	6ª Turma	1		
PRESIDENTE	1ª Turma			1
SELENE DE ALMEIDA	4ª Turma		1	
SOUZA PRUDENTE	5ª Turma	1		



PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO NAS TURMAS E SEÇÕES - SETEMBRO/2003





# Bem-me-querô

Informativo do Programa de Gestão em Qualidade de Vida e Trabalho da 1ª Região

## Ações de Qualidade de Vida na 1ª Região

### Minas Gerais

### TRF-1ª Região

#### SUBSEÇÃO DE UBERLÂNDIA

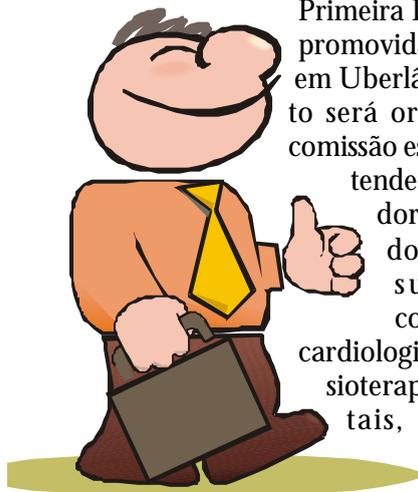
##### Feira de Saúde

Será realizada, nos dias 17, 18 e 19 de novembro, no prédio da Subseção Judiciária, a

Primeira Feira de Saúde promovida pelo PGQVT em Uberlândia. O evento será organizado por comissão específica e pretende atrair os servidores e convidados para temas substanciais, como dentística, cardiologia, nutrição, fisioterapia, exames vitais, homeopatia, palestras diversas, atualização de

vacinas, parcerias com centros universitários para debates e apresentação quanto aos problemas de hipertensão, climatério, diabetes e obesidade. Haverá abordagem sobre massagens, sorteio de brindes (jantares, material dentário, camisetas), e, o melhor, um espaço está reservado a mostras dos Talentos da Casa (exposição de quadros pintados pelos servidores, fotografias e trabalhos artesanais e manuais). Será servido, ainda, um coquetel com pratos, bebidas e frutas naturais, tudo de acordo com o evento.

A programação é extensa, mas o intuito é atrair o público participante na expectativa de que, com bons resultados, os anos vindouros sejam cada vez melhores.



#### Clube da Caminhada

Mais uma atividade do Clube da Caminhada foi realizada, nos dias 16 e 17/08: o passeio à Chapada dos Veadeiros, com hospedagem na Vila de São Jorge/GO.

Participaram 28 pessoas, entre servidores do TRF e da SJ/DF, seus dependentes e convidados. Os participantes tiveram a oportunidade de estar em lugares muito bonitos, de natureza exuberante, com caminhadas de diversos níveis de dificuldade.

Nos dois dias de convivência, o grupo não só caminhou junto mas também nadou em águas geladas e mornas, relaxou, dançou forró, enfim, contribuiu para melhorar a sua qualidade de vida.

Assim, o **Clube da Caminhada** parabeniza e agradece a presença de cada um dos integrantes da atividade e convida todos os trabalhadores do TRF e da SJ/DF para participarem de sua programação.

#### Teste seus conhecimentos

Por Márcia M. Barroso

O pronome relativo substitui uma palavra da oração principal para que não haja a repetição da mesma palavra na oração que a adjetiva. Sabendo-se isso, torna-se fácil identificar em qual das frases abaixo se usou a preposição incorreta antes de tal pronome. Teste:

- Os servidores comemoraram o dia em que tomaram posse.
- Esta é a unidade a que o Presidente realizou visita ontem?
- Não gostei do modo por que o chefe repreendeu o servidor.
- Ele já regularizou os autos nos quais se observaram os dois erros?
- Os magistrados analisaram a sentença a que os advogados recorreram para anulá-la.

## Distrito Federal

A Seção Judiciária realizou, no período de 22 a 26 de setembro, a sua I Feira da Cultura. O evento teve o propósito de oferecer a magistrados e servidores a oportunidade de expor suas produções intelectuais, inserindo-se, assim, nas ações que contribuem para o seu bem-estar.

Com o patrocínio da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil, da Credisutri, da Serjus, da Ajufe e do Banco Sudameris, a Feira trouxe outros benefícios àqueles que trabalham na Seção Judiciária, entre eles, a renovação do acervo da Biblioteca, a responsabilidade social, com distribuição de *kits* a uma instituição de assistência a carentes, atividades antiestresse, participação de servidores inativos, promoção dos Talentos da Casa e a edição da cartilha “Conheça Melhor a Justiça”.



Ao lado, recital poético com a servidora Lêda Magalhães. Abaixo, estudantes visitam a Feira e têm as primeiras noções sobre *Internet*, com o servidor Anderson Gomes



## Piauí

### Justiça Federal aposta na melhoria da qualidade de vida dos seus servidores

A Seção Judiciária do Piauí, no último dia 03 de outubro, lançou o Projeto Viva Melhor, cujo objetivo precípua é resgatar o bem-estar físico, mental e social dos servidores aposentados da Seccional, evitando, assim, mantê-los isolados do nosso convívio. Para o lançamento do referido projeto, a Justiça Federal contou com a presença da Coordenadora do projeto no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Maura Carvalho, que proferiu a palestra “Projeto Viva Melhor – novos caminhos para uma longevidade saudável.”

O projeto Viva Melhor faz parte do Programa de Gestão em Qualidade de Vida e Trabalho – PGQVT –, instituído pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, sediado em Brasília/DF, e estendido às 14 Seções Judiciárias que compõem a 1ª Região, entre elas, a Seção Judiciária do Piauí, cuja filosofia básica é trabalhar a integração, a saúde física e mental e a qualificação profissional dos seus servidores e magistrados.



A Justiça Federal no Piauí, desde janeiro de 2002, vem desenvolvendo ações nas áreas social, física e organizacional, contribuindo, inexoravelmente, para a melhoria da qualidade de vida dos seus servidores e pleno desenvolvimento do exercício de suas funções, como também para a manutenção ou o restabelecimento de um ambiente de trabalho saudável e atendimento satisfatório aos jurisdicionados.

Após quase um ano de implantação, o PGQVT tem demonstrado que, aos poucos, a realidade da Justiça Federal no Piauí vem sendo transformada, através de seguidos encontros de informação e confraternização entre magistrados e servidores, dentro e fora do ambiente de trabalho, apontando para o acerto da Administração da Seccional ao decidir pela implementação de uma política administrativa voltada prioritariamente para o público interno, com reflexos positivos no público externo, no caso, os jurisdicionados.

#### Membros do Comitê do PGQVT

Agnaldo Dias de Souza  
Andréa Balsini Ghisi  
Antônio Magnaldo Timo Leite  
Cristine Caltabiano Neves Frauzinho  
Conceição de Maria Pereira de Carvalho

Daniela Amorim Reis  
Eliete dos Santos Teixeira  
Etiene Gomes de Carvalho  
Iraci Moreira Borges  
José Carlos Viana

José Murilo Cruz Brito  
Juliana B. Espíndola Moreira  
Maria Angela Rocha Paes  
Maria de Lourdes Montes  
Maura Gomes de Carvalho

Nádia B. da Cruz Santana  
Neslita Costa Silva  
Roberta Costa Matos  
Ruth Maria Cruz Vaz  
Sérgio Faria L. da F. Neto